



FACULDADE DE SINOP
Centro de Pesquisa e Planejamento - CPP

CURSO: GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

Disciplina
GESTÃO COMPETITIVA E QUALIDADE NO AGRONEGÓCIO

Professor
RUBEM JOSÉ BOFF

SINOP-MT
2006

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	3
2	AGRONEGÓCIO.....	4
	Agronegócio: O que é?.....	4
	Complexo Agroindustrial.....	5
	Agronegócio Brasileiro: Uma Oportunidade de Investimentos.....	23
	Agropecuária é o terceiro maior empregador do país.....	33
	Exportações e superávit do agronegócio batem recordes.....	35
	Produtos agrícolas batem recordes de exportação.....	36
	É difícil fazer negócios no Brasil, segundo Banco mundial.....	37
	Agricultura familiar: da subsistência ao agronegócio.....	39
	BB BIODIESEL - Programa BB de Apoio a Produção de Biodiesel.....	42
	Notícias - BB libera R\$ 5 bilhões para o agronegócio em agosto.....	43
	Financiamentos.....	45
	Conab divulga fechamento da safra 05/06.....	48
	Indecisão no campo.....	50
	Produtos do sul de MT estão sem saída.....	52
	Empresas exigem um bom histórico.....	53
	Pesquisadores testam 10 tipos de feijão.....	54
	Leitura sugerida.....	55
3	Estratégias e Competitividade.....	56
4	Sites consultados.....	61

1 INTRODUÇÃO

Agronegócio (também chamado *agrobusiness* ou *agribusiness*) é o conjunto de negócios relacionados à agricultura dentro do ponto de vista econômico (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Agroneg%C3%B3cio>, 2006).

Costuma-se dividir o agronegócio em três partes. A de negócios agropecuários propriamente ditos (ou de "dentro da porteira") que representam os produtores rurais, sejam eles pequenos, médios ou grandes produtores, constituídos na forma de pessoas físicas (fazendeiros ou camponeses) ou de pessoas jurídicas (empresas).

Em segundo lugar, os negócios à montante (ou "da pré-porteira") aos da agropecuária, representados pela indústria e comércio que fornecem insumos para os negócios agropecuários. Por exemplo, os fabricantes de fertilizantes, defensivos químicos, equipamentos, etc.

E, em terceiro lugar, estão os negócios à jusante dos negócios agropecuários. São os negócios "pós-porteira", aqueles negócios que compram os produtos agropecuários, os beneficiam, os transportam e os vendem para os consumidores finais. Por exemplo, os frigoríficos, as fábricas de fiação, tecelagem e de roupas, os curtumes e as fábricas de calçados, os supermercados e varejistas de alimentos etc.

Assim, o agronegócio abrange: as atividades de pesquisa, fornecimento de máquinas, insumos e serviços para a propriedade rural, atividades de produção dentro da empresa rural e aquelas ligadas as indústrias de processamento de alimentos e matérias primas rurais e, ainda, à distribuição do produto rural transformado, até o consumidor final.

O Agronegócio, Agribusiness, Sistema Agroindustrial (SAG), ou Complexo Agroindustrial (CAI), compreende a soma total de operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas propriedades agrícolas; o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com eles (DAVIS; GOLDBERGER, 1957).

O valor da produção de todos os agronegócios nacionais alcança 25% do valor da produção total do país. Se pensarmos em trabalho da população economicamente ativa, o setor emprega 37% dos trabalhadores brasileiros. Os agronegócios são responsáveis por 40% das exportações, sendo a grande rubrica superavitária na balança comercial (ABAG, 2001).

2 AGRONEGÓCIO

AGRONEGÓCIO: O QUE É?

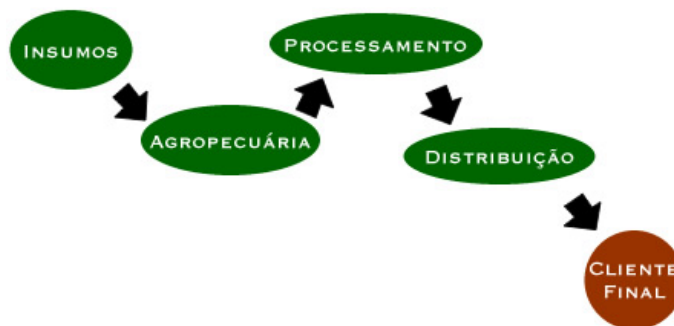
Disponível em:

<http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=oquee>

Acesso em: 11 set. 2006

O agronegócio brasileiro é responsável por cerca de 1/3 do produto interno bruto do Brasil, empregando 38% da mão de obra e sendo responsável por 36% das nossas importações. É o setor mais importante da nossa economia.

Com a globalização de mercados, o sucesso de uma empresa, principalmente no agronegócio, depende cada vez mais da inter-relação entre fornecedores, produtores de matéria-prima, processadores e distribuidores. A divisão tradicional entre indústria, serviço e agricultura é inadequada. O conceito de agronegócio representa, portanto, o enfoque moderno que considera todas as empresas que produzem, processam, e distribuem produtos agropecuários.



Os profissionais que atuam hoje no agronegócio são muito importantes. Entretanto, existe uma demanda crescente e urgente por profissionais que passam a atuar em toda a cadeia industrial, permitindo aumentar a eficiência do mercado de insumos agropecuários, produção agropecuária, processamento industrial e distribuição.

Qualquer empresa ou organização do agronegócio necessita de profissionais capacitados para atuar nas relações entre empresas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações, atuar preventivamente, transferir e gerar conhecimentos, com uma visão ampla de toda a cadeia de produção.

Portanto, a formação dos profissionais do Agronegócio envolve capacitação em economia, mercado, finanças, administração, contabilidade e pesquisa operacional, além de aplicações práticas modernas de gerenciamento e controle do Agronegócio.

COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

Disponível em:

<http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=agroindustrial>

Acesso em: 11 set. 2006

Eduardo Pereira Nunes

Elisio Contini

ABAG - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS - ABAG

www.abag.com.br

VERSÃO DE 19 DE OUTUBRO DE 2000

1. INTRODUÇÃO

O enfoque do agronegócio é essencial para retratar as profundas transformações verificadas na agricultura brasileira, nas últimas décadas, período no qual o setor primário deixou de ser um mero provedor de alimentos in-natura e consumidor de seus próprios produtos, para ser uma atividade, integrada aos setores industriais e de serviços.

Hoje, os principais insumos da agropecuária, tais como fertilizantes, defensivos, rações, combustíveis e outros, e a maquinaria utilizada (tratores, colheitadeiras e outros equipamentos), são predominantemente provenientes de setores industriais, especializados em produtos para a agropecuária. Da mesma forma, os produtos de origem agropecuária destinam-se, crescentemente, a agroindústrias especializadas no processamento de matérias-primas e de alimentos industrializados, consumidos no mercado interno urbano e exportados.

A compreensão desta nova realidade da agricultura brasileira foi difundida a partir da publicação do livro "Complexo Agroindustrial - o *Agribusiness* Brasileiro" de autoria de Ney Bittencourt de Araújo e outros (Araújo, 1990). Outros estudos sobre o tema seguiram-se, com destaque para trabalhos de universidades e institutos de pesquisa, como o Grupo Pensa da Universidade de São Paulo, CNPq (Caldas, 1998), Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural 1998, 1999), Associação Brasileira de Agribusiness (Pinazza, 1999), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa (Haddad, 1999; Castro Gomes (1999) e teses acadêmicas defendidas em centros de pós-graduação em economia agrícola (Furtuoso, 1998).

Apesar da disseminação do enfoque do Complexo Agroindustrial, o meio acadêmico, formuladores de política econômica, tomadores de decisão na esfera governamental e privada e institutos de pesquisa, ainda não dispõem de informações atualizadas sobre o funcionamento deste, sua contribuição para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) e seus impactos sobre outros setores da economia.

A preocupação com a necessidade de se produzir informações atualizadas e fidedignas sobre a estrutura produtiva do complexo agroindustrial levou os autores a preparar este documento. O objetivo básico foi estabelecer, com rigor técnico, os limites do complexo agroindustrial brasileiro e dimensionar o seu PIB real, para que servisse de referência básica sobre o assunto.

Para definir o conceito de complexo agroindustrial, adotado na pesquisa e efetuar o cálculo de sua magnitude e respectiva participação no PIB brasileiro, optou-se por utilizar os conceitos macroeconômicos adotados no Sistema de contas nacionais, o qual compreende um conjunto de contas que retratam as diversas etapas e transações realizadas pelos agentes econômicos. As contas nacionais fornecem uma visão sistemática das inter-relações entre os agentes, a partir da construção de um conjunto detalhado e coerente de contas, balanços e quadros baseados em conceitos, definições, classificações e regras de contabilidade (Nunes, 1998; IBGE, 1997, 1009, 1999).

Estas características do sistema de contas nacionais foram consideradas pelos autores essenciais para a montagem do modelo de representação do funcionamento do complexo agroindustrial brasileiro. A presente pesquisa utilizou como fonte básica de informação a Matriz de Insumo-Produto do Brasil do ano de 1996, publicada recentemente pelo IBGE (1999a).

2. ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS

Na literatura, o Complexo Agroindustrial (CAI), *agribusiness* ou agronegócio é entendido como "a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas; e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com eles".(Davis &Goldberg, 1957).

Além do conceito do CAI, neste trabalho acoplam-se outros dois instrumentos conceituais e analíticos: as contas nacionais e a matriz de insumo-produto. As contas nacionais, ao retratar as diversas etapas e transações realizadas pelos agentes econômicos, possibilita a integração dos dados estatísticos com os conceitos macroeconômicos de renda nacional. Concebidas a partir de conceitos de Keynes (1983), as contas nacionais foram estruturadas a partir dos agentes institucionais (empresas, famílias, governo e resto do mundo).

Derivado das próprias contas nacionais, a matriz de insumo-produto, desenvolvida por Leontief (1983), enfoca a estrutura produtiva e a interdependência entre os setores. Permite a construção da identidade contábil entre produto, renda e despesa. Este modelo foi, recentemente, incorporado ao sistema de contas nacionais.

Na formação da renda nacional, extrai-se o conceito de valor agregado que compreende o valor da renda paga aos fatores que, por sua vez, corresponde ao valor da demanda final. O valor adicionado representa o pagamento efetuado pelos setores produtivos aos setores exógenos, na forma de salários, juros, lucro, renda da propriedade e impostos pagos ao governo. A noção de valor adicionado parte do princípio de que, num determinado período de tempo, uma mercadoria pode participar de vários processo produtivos, até chegar ao consumo final. Tal procedimento foi considerado fundamental para se evitar a dupla contagem naquela avaliação. Para se chegar à quantificação do PIB do CAI, ao Valor Adicionado somaram-se os impostos e subtraíram-se os subsídios à produção Este conceito será básico para o cálculo do PIB do agronegócio

Para caracterizar cada atividade componente do CAI, recorreu-se à Matriz de Insumo-Produto do Brasil de 1996 que fornece informações, em valor, detalhadas sobre a origem e o destino dos produtos pertencentes ao CAI.

As atividades e produtos do CAI foram classificadas em três grandes componentes: (I) Núcleo do CAI: Agropecuária; (II) Antes da Porteira: Insumos para a agropecuária; e, (III) Depois da Porteira: Agroindústria e Serviços. Para o componente (III - Agroindústria e Serviços) separaram-se as atividades entre Exclusivas do CAI e Pertencentes Parcialmente ao CAI.

a) Atividades Exclusivas do CAI: produtos pertencentes integralmente ao complexo agroindustrial: (i) Celulose, papel e gráfica; (ii) Indústria do Café; (iii) Beneficiamento de Produtos Vegetais; (iv) Abate de Animais; (v) Indústria de Laticínios; (vi) Indústria do Açúcar; (vii) Fabricação de Óleos Vegetais; (viii) Outros Produtos Alimentares Assim, o valor da produção, consumo intermediário e valor adicionado destas atividades, constantes na Matriz de Insumo-Produto serão totalmente incluídos na quantificação do CAI.

b) Atividades Pertencentes Parcialmente ao CAI: atividades que contém alguns produtos pertencentes ao CAI e outros que não pertencem a ele: (i) Siderurgia; (ii) Indústria da Borracha; (iii) Madeira e Mobiliário; (iv) Elementos Químicos; (v) Indústria Textil; (vi) Artigos do Vestuário; (vi) Fabricação de Calçados.

De uma forma geral, para as atividades com predominância não CAI, considerar-se-ão apenas os produtos provenientes do CAI (na Tabela de consumo intermediário) e a mesma proporção será adotada para o respectivo Valor da Produção. Isto significa que se um determinado setor tiver 10% de insumos provenientes do agronegócio, esta proporção será utilizada para o Consumo Intermediário do setor, bem como em relação ao valor da produção do setor. Para as atividades com predominância de produtos do CAI, subtraem-se as não pertencentes a este, adotando-se o mesmo procedimento de proporcionalidade.

Uma vez caracterizado o CAI, de acordo com os três componentes acima, os autores utilizaram os conceitos fundamentais das Contas Nacionais e da Matriz de Insumo-Produto para estimar a magnitude deste complexo e, assim, avaliar o seu peso em relação ao total da economia brasileira.

3. RESULTADOS DO DIMENSIONAMENTO DO CAI

Os resultados do dimensionamento do CAI serão apresentados da seguinte forma: (i) Núcleo do CAI: Agropecuária; (ii) Antes da Porteira: Insumos e Máquinas para a Agropecuária; e, (iii) Depois da Porteira: Agroindústria e Serviços.

Para estes grupos de atividades, serão apresentados o Valor da Produção (VP), do Consumo Intermediário (CI), do Valor Adicionado (VA) e Pessoal Ocupado (PO).

O Valor da Produção é composto pelo Consumo Intermediário mais o Valor Adicionado. Conseqüentemente, o Valor da Produção, menos o Consumo Intermediário resulta no Valor Agregado.

O Valor Adicionado compreende remunerações (salários, contribuições sociais efetivas, previdência oficial/FGTS, previdência privada e contribuições sociais imputadas) e o excedente operacional bruto, inclusive rendimento de autônomos.

3.1. Núcleo do CAI: Agropecuária

A atividade agropecuária compreende produtos de origem vegetal, animal, florestal, agroindústria rural e pesca.

Segundo as Contas Nacionais, o Valor da Produção da Atividade Agropecuária, no ano de 1996, foi de R\$ 96.140 milhões. Este valor representa 7,3% do valor de produção total do País (Recursos de bens e serviços), que foi de R\$ 1.323.411 milhões, a preços básicos.

Os produtos de maior valor foram "Outros Produtos Agropecuários" com R\$ 45.998 milhões, o que inclui alguns grãos, como trigo feijão, sorgo, outros cereais de inverno, hortaliças e frutas, dentre outros.

Com alto valor de produção destacam-se ainda Bovinos e Suínos (R\$ 10.381 milhões), leite natural (R\$ 6.036 milhões), cana-de-açúcar (R\$ 5.375 milhões), soja em grão (R\$ 5.036 milhões), milho em grão (R\$ 4.657 milhões), aves vivas (R\$ 4.177 milhões) e café em coco (R\$ 4.143 milhões).

Constata-se, ainda, a presença de alguns produtos da agroindústria rural, como produtos do café (transformação do café em coco para café em

grão, em nível de propriedade), carne bovina e aves abatidas, açúcar e bebidas (vinhos coloniais e outros).

O Consumo Intermediário da Agropecuária, isto é, o que se utiliza de insumos para a produção do setor, somou R\$ 38.329 milhões, representando 39,9% do Valor da Produção setorial.

Além de "Outros Produtos Agropecuários" não discriminados na Matriz, destacam-se como insumos para a agropecuária "Adubos" com R\$ 4.987 milhões (13,0%), outros produtos alimentares, inclusive rações com R\$ 4.283 milhões (11,2%) e defensivos com R\$ 3.447 milhões (9,0%).

Como insumos da própria agropecuária, tem importância o milho (R\$ 2.750 milhões), utilizado na fabricação de rações caseiras para animais, e na forma de farinha de fubá, leite natural (R\$ 1.572 milhões) para a fabricação de laticínios na agroindústria rural e café em coco (R\$ 1.487 milhões), transformado em café em grão em pequenas indústrias, em nível de propriedade rural. Os valores dos demais insumos da Agropecuária representam a utilização de sementes ou animais de reprodução para a produção agropecuária.

Em serviços, destacam-se Serviços Prestados às Empresas, na forma de assistência técnica, serviços de colheita e margem de transporte.

O Valor Adicionado para a Agropecuária atingiu, em 1996, R\$ 57.811 milhões, o que representa 60,1% do Valor de Produção setorial. Deste total, 87,7% provém do excedente operacional bruto, incluindo rendimento de autônomos, indicando que a maioria da renda gerada na agricultura é de produtores autônomos. A participação da mão-de-obra assalariada é pequena.

O Pessoal Ocupado em Atividades da Agropecuária somava, em 1996, 13.906 mil pessoas, representando 61,4% de toda a mão-de-obra ocupada no CAI e 23,3% de todo o pessoal ocupado na economia, de 59.765 mil pessoas. Cada pessoa ocupada na agricultura gera um valor da produção de R\$ 8.914 reais por ano, um dos mais baixos de todos os setores da economia.

Estes dados recentes explicam a continuação do êxodo rural, principalmente onde há grande estoque de mão-de-obra rural, como no Nordeste. O baixo valor de produção por pessoa ocupada é um indicador da pobreza no setor (Alves, 1999).

3.2. Antes da Porteira: Insumos e Máquinas para a Agropecuária

O Valor da Produção de Insumos industriais e Máquinas, no que se relaciona ao CAI, atingiu a R\$ 15.015 milhões, em 1996. Os principais insumos de origem industrial para a produção agropecuária provém da

indústria química (adubos e defensivos, com 56,2%) e do refino de petróleo (óleo diesel, com 17,4%).

O Consumo Intermediário total dessas atividades Antes da Porteira (para trás) atingiu a R\$ 9.155 milhões, 61,0% do valor da produção. Este alto percentual é explicado, em grande parte, pelo elevado consumo intermediário dos produtos químicos: matérias-primas para fertilizantes e defensivos e para o refino do petróleo (óleo bruto).

O valor agregado dos setores de insumos Antes da Porteira para a produção agropecuária atingiu a R\$ 5.860 milhões, com participação expressiva de Elementos Químicos e Refino de Petróleo. Com base nas informações da Pesquisa Industrial Anual do IBGE para 1996, estimou-se o Valor Adicionado da indústria produtora de máquinas e equipamentos para a agropecuária em R\$ 800 milhões. Assim, o Valor Adicionado Antes da Porteira atingiu a R\$ 6.252 milhões.

Os setores de Insumos Industriais e Serviços Antes da Porteira são pouco intensivos em mão-de-obra. Estima-se que empreguem 242 mil pessoas em atividades relacionadas com o CAI. Isto representa pouco mais de 1% sobre o pessoal ocupado no CAI, como um todo. O Valor de Produção por trabalhador atinge a R\$ 62.045. Isto reflete a intensidade de capital e a produtividade do trabalho.

3.3. CAI Depois da Porteira: Agroindústria e Serviços

Para fins analíticos, separaram-se as atividades agroindustriais e de serviços em duas categorias: (i) Atividades exclusivas do CAI; e, (ii) Atividades Pertencentes Parcialmente ao CAI.

3.3.1. Atividades Exclusivas do CAI

Conforme a Tabela 1, o valor da produção das oito atividades exclusivas do CAI soma R\$ 126.570 milhões, com um Consumo Intermediário de R\$ 95.640 milhões (75,6%, um Valor Adicionado de R\$ 30.901 milhões(24,4%). Emprega 1.908 mil pessoas (18,4% do total do CAI).

Comparativamente ao setor Agropecuária cujo Valor Adicionado representa 60,1% do Valor de Produção, estas atividades agroindustriais dependem em sua estrutura de insumos de outros setores, portanto, têm maior valor para o Consumo Intermediário.

Tabela 1: Valor da Produção (VP), Consumo Intermediário (CI), Valor Adicionado (VA) e Pessoal Ocupado (PO)- Atividades Exclusivas do CAI - Brasil 1996

Atividades	Valor da Produção	Consumo Intermediário	Valor Adicionado	P O (mil Pessoas)
Papel e Grafica	21.830	15.015	6.815	423
Indústria do Café	6.591	5.124	1.467	75
Beneficiamento de Produtos Vegetais	21.695	16.541	5.154	313
Abate de Animais	18.732	14.672	4.060	245
Indústria de Laticínios	8.964	6.922	2.042	65
Indústria do Açúcar	6.014	4.937	1.077	93
Indústria de Óleos Vegetais	13.928	11.903	2.025	47
Indústria de Outros Produtos Alimentares	28.816	20.526	8.290	647
Total	126.570	95.640	30.930	1.908

Fonte Dados brutos - IBGE Elaboração Autores

3.3.2. Atividades Pertencentes Parcialmente ao CAI

Algumas atividades pertencentes parcialmente ao CAI são predominantemente relacionadas a este complexo, como madeira e mobiliário (99,8%), Indústria Têxtil (98,2%), fabricação de calçados (98%) e artigos de vestuário (62m9%). A participação de outras atividades no CAI é bem menor, como Elementos Químicos (20,2%), Indústria da Borracha (11,4%) e Siderurgia (,5,4%).

a) Atividades Produtivas

Como pode ser observado na Tabela 2, o Valor da Produção das Atividades Parcialmente Pertencentes ao CAI somaram R\$ 49.346 milhões, sendo R\$ 32.686 milhões (66,2%) de Consumo Intermediário e R\$ 16.660 milhões de Valor Adicionado.

Estas atividades ocupam 3.030 mil pessoas. Os setores produtivos que mais ocupam mão-de-obra são a Indústria do Vestuário (1.586 mil pessoas) e Madeira e Mobiliário (854 mil pessoas).

Os setores produtivos com maior Valor de Produção por pessoa ocupada são a Siderurgia e a Indústria da Borracha e os de mais baixo valor são a Indústria do Vestuário (R\$ 4.012).

Tabela 2: Valor da Produção (VP, Consumo Intermediário (CI), Valor Adicionado (VA) e Pessoal Ocupado(PO) - Atividades Produtivas - Brasil 1996

Atividades	Valor da Produção	Consumo Intermediário	Valor Adicionado	P O (mil pessoas)
Siderurgia	1.322	1.022	300	5
Indústria da Borracha	793	533	260	6
Madeira e Mobiliário	13.577	8.030	5.547	854
Elementos Químicos	7.008	5.962	1.046	41
Indústria Textil	14.372	9.368	5.004	195
Artigos do Vestuário	6.363	3.938	2.425	1.586
Fabricação de Calçados	5.911	3.833	2.078	343
Total	49.346	32.686	16.660	3.030

Fonte: Dados brutos - IBGE (1999a). Elaboração: Autores

b) Serviços

Em relação aos serviços (CAI depois da Porteira), o Valor Adicionado do Transporte atingiu R\$ 3.023 milhões (46,3%), e do comércio R\$ 20.023 milhões (57,4%).

A somatória do Valor Adicionado dos serviços Transporte e Comércio de produtos do CAI foi de R\$ 18.054 milhões, com um Valor da Produção de R\$ 40.719 milhões e um Consumo Intermediário de R\$ 32.686 milhões. Nestes serviços, estão ocupadas 3.561 mil pessoas, ou seja, quase 15,7% do total do CAI.

Tabela 3: Valor da Produção (VP), Consumo Intermediário (CI), Valor Adicionado (VA) e Pessoal Ocupado(PO) - Serviços - Brasil 1996

Atividade	Valor da Produção	Consumo Intermediário	Valor Adicionado	P O (mil pessoas)
Transporte	6.531	3.508	3.023	328
Comércio	34.854	14.831,00	20.023	3.233
Adm. Pública	3.355	981	2.374	115
Total	41.385	18.339	23.046	3.676

Fonte: Dados Brutos - IBGE. Elaboração: Autores.

Uma das atividades mais complexas para a estimativa do PIB do CAI é a Administração Pública. Pela matriz de insumo-produto do IBGE não é possível identificar qual o destino desses serviços para os diferentes setores produtivos (ex., quanto da Administração Pública é destinada à agricultura, educação, saúde, etc.).

Para quantificar o quanto a Administração Pública contribui para o CAI recorreu-se a trabalho técnico de Gasques (2000), que avalia o peso dos gastos do Governo Federal com a função Agricultura em 2,14% (média do período 1995/99). A hipótese é de que este percentual se aplique também aos gastos dos governos estaduais e municipais.

Estão incluídos nesta definição, as despesas do Governo com defesa sanitária vegetal e animal, ações públicas de pesquisa e extensão rural, projetos de apoio ao desenvolvimento rural e reforma agrária, apoio à agricultura familiar, administração financeira (crédito rural e seguro agrícola) e abastecimento (política de formação de estoques reguladores e política de preços mínimos).

Partindo-se do percentual de 2,14%, estimado por Gasques, e aplicando-o ao Valor Adicionado total da atividade Administração Pública, calculado pelas Contas Nacionais de 1996 em R\$ 110.920 mil, a contribuição deste setor para a formação do Valor Adicionado do CAI corresponde a R\$ 2.374 mil.

Uma vez concluída a estimativa da contribuição de todas as atividades econômicas para a constituição do Valor Adicionado do complexo agroindustrial brasileiro, pode-se partir para o cálculo do Produto Interno Bruto do CAI.

4. PRODUTO INTERNO BRUTO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

4.1 Conceito de Produto Interno Bruto - PIB

De acordo com o conceito das Contas Nacionais, o Valor da Produção de uma atividade econômica qualquer é igual ao seu Consumo Intermediário, mais o Valor Adicionado, avaliado a preços básicos, isto é, medido por um nível de preço correspondente à porta da fazenda ou da fábrica, de acordo com o produto.

Para estimar o Produto Interno Bruto, utiliza-se como unidade de medida o conceito de preço de mercado, que é calculado através do Valor Adicionado, avaliado a preço básico, acrescido dos Impostos sobre produtos, depois de deduzidos os respectivos subsídios.

Até o momento, procedeu-se ao cálculo do Valor Adicionado de cada atividade do CAI. Resta, portanto, estimar o valor daqueles impostos e subsídios que incidem sobre os produtos do CAI.

4.2 Cálculo dos Impostos e Subsídios que incidem sobre os Produtos do CAI

De acordo com a Matriz de Insumo-Produto de 1996 (IBGE, 1999a), os impostos que incidem sobre os produtos nacionais correspondem às seguintes categorias: Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (Tabela 6), Impostos sobre Produtos Industrializados e Impostos Sobre Serviços (Tabela 8) e Outros Impostos (Tabela 14).

O procedimento adotado para o cálculo dos Impostos e Subsídios incidentes sobre os produtos do CAI obedeceu às mesmas regras

adotadas no cálculo das margens de transporte e de comércio dos respectivos produtos. Verificou-se nas Tabelas da Matriz de 1996 do IBGE, referentes àqueles impostos, o valor correspondente aos impostos que recaem sobre os produtos produzidos pelas atividades do CAI.

Convém lembrar que, nesta parte do trabalho, calculou-se apenas o valor dos impostos sobre os produtos do Núcleo do CAI (Agropecuária) e da Agroindústria e Serviços (Depois da Porteira), uma vez que os impostos incidentes sobre os Insumos da Agropecuária (Antes da Porteira) já foram computados no cálculo da contribuição deste último segmento para o PIB do CAI.

4.2.1 Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

A partir da Tabela 6 da Matriz de Insumo-Produto do IBGE de 1996, foram selecionados os produtos pertencentes ao CAI. Para cada produto, foi feita a avaliação do valor do ICMS incidente sobre os produtos da Agropecuária, da Agroindústria e Serviços.

O ICMS relativo aos produtos da agropecuária e da agroindústria somou, em 1996, R\$ 19.335 milhões, com destaque para Outros Produtos Alimentares (R\$ 2.586 milhões), Bebidas (R\$ 2.377 milhões), Artigos de Vestuário (R\$ 1.903 milhões) e Carne Bovina (R\$ 1.847 milhões).

4.2.2 IPI, ISS e Outros Impostos

O Imposto sobre Produtos Industrializados incidiu, de forma significativa, sobre dois grupos de produtos: Outros Produtos Vegetais (R\$ 2.650 milhões) e Bebidas (R\$ 1.764 milhões). Para os demais impostos, os valores são relativamente reduzidos, como pode ser observado na Tabela 44.

4.3 Estimativa do PIB do Complexo Agroindustrial Brasileiro

O Produto Interno Bruto é um conceito de mercado que compreende o Valor Agregado de cada segmento do CAI, acrescido do valor dos Impostos, líquidos de subsídios, que incidem sobre os bens e serviços produzidos pelas respectivas atividades. A seguir, será apresentado o cálculo final do PIB do CAI.

A estimativa do PIB é uma mensuração agregada dos valores dos bens e serviços finais produzidos pela economia de um país, região ou setor. Portanto, não faz sentido calcular o PIB para cada atividade individual do CAI.

Para se ter uma visão geral dos valores obtidos no dimensionamento das atividades do CAI, apresenta-se, na Tabela 4, uma síntese do Valor de Produção, Consumo Intermediário e Valor Adicionado de cada atividade

considerada no CAI. Para o Complexo agroindustrial como um todo, o Valor Adicionado (VA) somou, em 1996, R\$ 141.219 milhões, o que representa 20,3% do Valor Adicionado da economia brasileira.

As Tabelas 5 e 6 mostram os resultados dos três componentes básicos do CAI. O Valor Adicionado da Agropecuária foi de R\$ 57.811 milhões, ou seja, 42,3% em relação ao VA do CAI; a participação dos fornecedores de insumos e máquinas para a agropecuária foi de R\$ 6.252 milhões (4,6% do VA do CAI); e o VA da agroindústria e serviços relacionados ao CAI atingiu em 1996 a R\$ 72.633 milhões, ou 53,1% do CAI.

Tabela 4: Produção dos Agregados do Complexo Agroindustrial Brasileiro em 1996 (R\$ milhões)

Atividade do CAI	Valor da Produção	Consumo Intermediário	Valor Adicionado
Núcleo do CAI	96140	38329	57811
Indústria de Insumos e Máquinas para Agropecuária	14433	8981	6252
Agroindústria e Serviços	219995	147362	72633
Total da produção do CAI	330568	194672	136696

Fonte: Dados brutos - IBGE. Elaboração: Autores

Por fim, uma vez estimado o Valor Adicionado do CAI, procedeu-se à agregação dos valores dos impostos sobre produtos da agropecuária, da agroindústria e serviços, para estimar o PIB do CAI.

De acordo com as Contas Nacionais do Brasil, em 1996, o PIB do CAI somou R\$ 160.766 milhões, constituído por R\$ 136.696 milhões de Valor Adicionado e R\$ 24.070 milhões de impostos sobre produtos do CAI.

Em relação ao PIB total do Brasil de R\$ 778.886 milhões, em 1996, a participação do CAI no PIB total brasileiro representa 20,6% (Tabela 5).

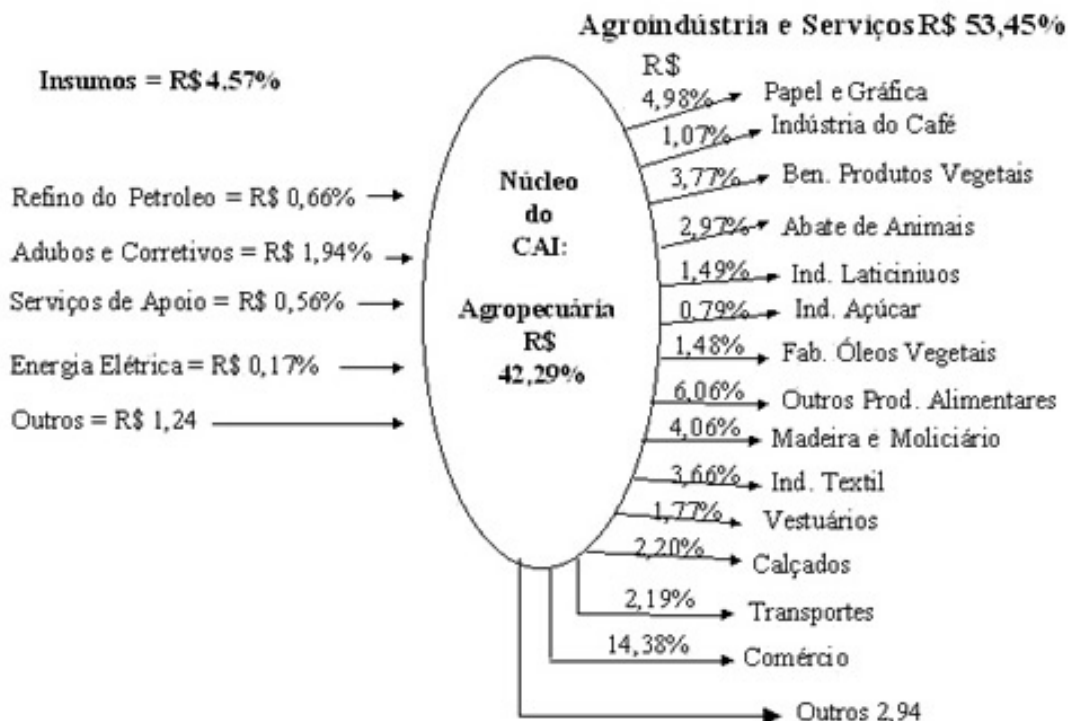
Tabela 5: Participação do Complexo Agroindustrial no PIB Brasileiro (R\$ milhões)

Produto Interno Bruto do CAI	Valor
Valor Adicionado	136696
Impostos sobre produtos do CAI	24070
PIB do Cai	160766
PIB do Brasil	778886
Participação do CAI no PIB do Brasil	20,6%

Fonte: Dados brutos - IBGE. Elaboração: Autores

Para visualizar o mecanismo de interdependência entre os três principais componentes do agronegócio (Antes da Porteira * Agropecuária * Depois da Porteira) preparou-se a Figura 1 sobre os diversos elos das cadeias produtivas do CAI.

Figura 1: Valor Adicionado do CAI Brasileiro 1996

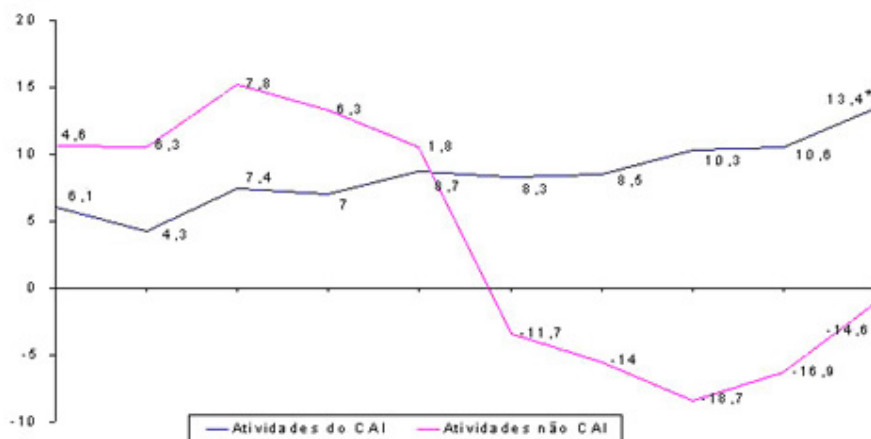


5. CONTRIBUIÇÃO DO CAI PARA A BALANÇA COMERCIAL

Outro argumento a favor da importância do complexo agroindustrial é sua contribuição para a geração de divisas para o País. São os famosos ciclos da cana-de-açúcar, borracha e café. Mais recentemente, o complexo se diversificou e, além dos tradicionais produtos de exportação, agregou novos, como soja e carnes. O Agronegócio continua o carro chefe das exportações.

Após o último programa de Estabilização Econômica (a partir de 1994), o agronegócio contribuiu decisivamente para minorar o déficit na Balança Comercial, com elevados saldos líquidos, enquanto os demais setores da economia acumularam déficits crescentes. Isto pode ser visualizado com maior clareza na Figura 2.

Figura 2: Saldo Comercial de Atividades do CAI e de Outros Setores



Presentindo uma crise cambial, o Governo elaborou em 1998 um Plano de Exportação, com a grande meta de atingir a US\$ 100 bilhões de exportações totais, em 2002. Ao complexo agroindustrial caberia passar dos atuais US\$ 20 bilhões para US\$ 45 bilhões, o que representaria mais do que dobrar o valor das exportações, no período. Mesmo que esta meta não seja efetivamente atingida, representa o quanto o Governo prioriza a exportação.

Em 1999, o complexo soja (grãos, farelo e óleos) apresenta o maior saldo comercial com US\$ 3.616 milhões (24,9% do saldo total do setor), seguido de maneira (manufatura e pasta) com US\$ 2.460 milhões (17,0%) e do café com US\$ 2.458 milhões (17,0%). Com valores entre US\$ 1.500 milhões e US\$ 2.000 milhões, temos o açúcar (US\$ 1.911 milhões), carnes (US\$ 1.824 milhões) e couro/calçados (US\$ 1.580 milhões).

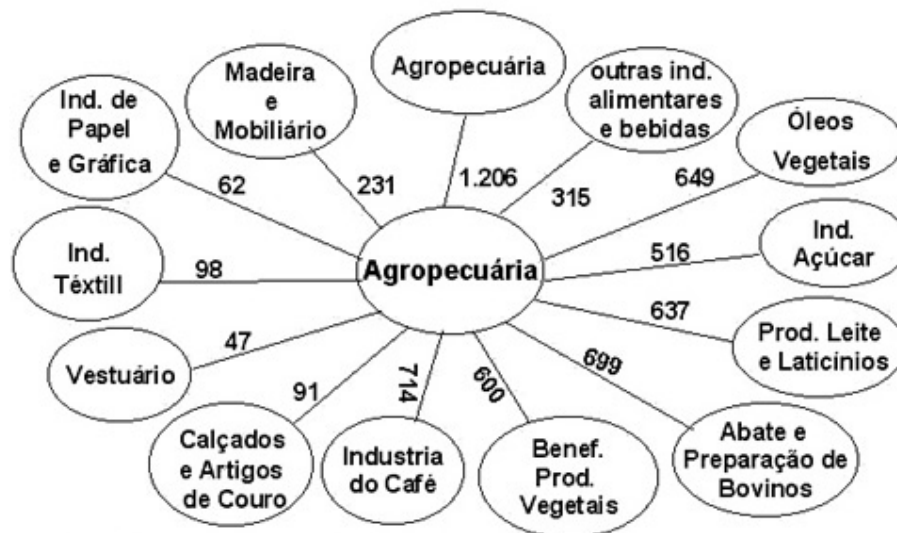
Os maiores saldos negativos da Balança Comercial do CAI provém do trigo (US\$ 869 milhões), fertilizantes (US\$ 826 milhões), e de leite e laticínios (US\$ 432 milhões). Alguns produtos apresentam valores consideráveis, tanto para a exportação como para a importação, como o cacau, frutas ex. laranja e papel e celulose.

Naturalmente que numa economia aberta e em processo de globalização, o objetivo não é a auto-suficiência em todos os produtos, mas se concentrar naqueles em que o País possui ou pode adquirir vantagens competitivas. O CAI é, sem dúvida, um setor com grande potencial para ampliar as exportações, destacando-se o complexo soja, laranja, carnes, madeiras, café, açúcar e frutas.

6. IMPACTOS INTERSETORIAIS DO CAI

A importância do complexo agroindustrial reside, também, em sua capacidade de impulsionar outros setores. Quando a produção agrícola é realizada, exerce influência sobre os setores que estão antes da fazenda, como máquinas, adubos, defensivos (efeitos para trás). Também tem efeitos sobre os setores produtivos que se situam depois da porteira da fazenda, como a agroindústria, o transporte, armazenagem e a comercialização das safras.

Figura 3: Impactos de Atividades do CAI sobre a Agropecuária



Fonte: dados Brutos: IBGE; Elaboração: Autores

Na figura 3 observa-se a variedade de atividades econômicas que dependem de insumos da agropecuária para realizarem sua própria produção. A leitura que se faz é a seguinte: para cada 1000 unidades de demanda final dos setores agroindustriais (Indústria do Café, Ind. Têxtil, etc.) é requerido que a Agropecuária produza x unidades para atender àquela demanda.

Em exemplos numéricos, a Indústria do Café para produzir 1000 unidades necessita de 714 unidades da atividade Agropecuária; para 1000 unidades de demanda final da atividade Abate e Preparação de Bovinos são necessários 699 unidades da Agropecuária, e assim por diante para os demais setores.

A compreensão desta cadeia de relações econômicas e a sua quantificação é de vital importância para a percepção da importância que o CAI exerce sobre a economia brasileira como um todo.

7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este trabalho teve por objetivo responder a duas questões fundamentais sobre o complexo agroindustrial brasileiro: (i) como se caracteriza o Complexo Agroindustrial brasileiro? e, (ii) qual é a sua real dimensão na economia brasileira?

Para responder às duas questões colocadas, os autores revisaram a literatura existente sobre o tema e, em seguida, utilizaram as informações provenientes das Contas Nacionais e da Matriz de Insumo-Produto do Brasil, ambas relativas ao ano de 1996, últimas publicações disponíveis.

De acordo com as teorias do agribusiness e de insumo-produto, os resultados estimados para a cadeia produtiva do CAI brasileiro foram apresentados em três grandes componentes: (I) Núcleo do CAI: Agropecuária; (II) Antes da Porteira: Insumos e Máquinas para a agropecuária; e, (III) Depois da Porteira: Agroindústria e Serviços.

Mensurou-se o PIB do CAI em seu impacto direto sobre a economia (o primeiro elo produtivo). Eliminaram-se as atividades não constitutivas deste complexo, mesmo quando estavam agregadas a alguma atividade deste. Assim, obteve-se um resultado que isola o CAI dos demais setores da economia, não havendo o perigo de se computar estas atividades também para outros setores.

Em relação ao dimensionamento do CAI, os principais resultados podem ser resumidos da seguinte forma:

a) O Produto Interno Bruto do CAI somou, em 1966, R\$ 160.766 milhões, sendo R\$ 136.696 milhões de Valor Agregado e R\$ 24.070 milhões de impostos. A participação do CAI no PIB do Brasil é de 20,6%;

b) O Valor da Produção do CAI atingiu a R\$ 330.568 milhões, representando 25% do valor da produção total do País (R\$ 1.323.411 milhões);

c) A Agropecuária, núcleo do CAI, teve um Valor da Produção de R\$ 96.140 milhões, representando 6,9% do valor de produção total do País. Seu Valor Adicionado representa R\$ 57.811 milhões, 8,3% do Valor Adicionado total da economia brasileira, e 42,3% do Valor Agregado do CAI;

d) Em relação a Antes da Porteira, o Valor de Produção foi estimado em R\$ 15.500 milhões, sendo R\$ 6.252 milhões de Valor Agregado. Isto representa 4,7% sobre o Valor Total de produção do CAI e 4,6% do Valor Agregado do CAI;

e) O Valor da Produção das Atividades depois da Porteira somou a R\$ 219.995 milhões, ou seja 66,6% do Valor da Produção do CAI e 16,6% em relação à economia como um todo. O Valor Adicionado montou a R\$ 72.633 milhões, ou seja 53,1% do Valor Adicionado do CAI como um todo;

f) Somando os três componentes(Dentro, Antes e Depois da Porteira), o Valor da Produção do CAI atingiu a R\$ 330.568 milhões, representando 25,0% da economia; o consumo intermediário R\$ 194.672 milhões e o Valor Adicionado a R\$ 136.696 milhões, ou seja, 19,7% do total do Valor Adicionado da Economia;

g) Em relação à ocupação de mão-de-obra, o CAI é altamente importante, sendo responsável por 37,1% do pessoal ocupado. Observando apenas os três grandes grupos (Dentro da Porteira, Antes da Porteira e Depois da Porteira), 62,7% ou seja, mais da metade das pessoas do CAI estão ocupadas na Agropecuária (13.906 mil), 36,2% nos setores de agroindústria e serviços para a agropecuária (8.043 mil) e o restante, pouco superior a 1,1%, em insumos industriais (236 mil);

h) Adicionalmente, produtos do CAI contribuem com 40% do valor das exportações brasileiras, gerando um superávit comercial de 13,7 bilhões de dólares, somente em 1999.

Este trabalho caracterizou o CAI e quantificou a sua dimensão no caso brasileiro. Importantes questões ainda devem ser investigadas com mais profundidade. Dentre as mais importantes, sugerem-se:

(i) A matriz de insumo-produto, que serviu de base para o presente trabalho, é muito agregada, impedindo uma análise mais detalhada das diferentes cadeias. Recomenda-se que na construção de futuras matrizes, a agropecuária seja desagregada em outras atividades, para poder aprofundar mais as análises do CAI;

(ii) Como o estudo dimensionou o CAI como um todo, há a necessidade de analisar separadamente as principais cadeias, com maior profundidade, verificando seu inter-relacionamento com as outras;

(iii) O estudo dos impactos intersetoriais (matriz de Leontief) elucidaria a própria dinâmica do CAI;

(iv) Do ponto de vista geográfico, a análise realizada contemplou o estudo para o Brasil como um todo. Tendo em vista as dimensões continentais do país, os autores recomendam que se realizem análises regionais do CAI, para identificar as especificidades da produção do complexo agroindustrial em cada região do país;

(v) Neste trabalho, dimensionou-se o impacto direto do CAI (o primeiro elo da cadeia). Estudo mais profundo deveria, também, quantificar os outros elos das cadeias (2, 3, etc.. impactos).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, E. R. DE A ; LOPES, M.; CONTINI, E. O Empobrecimento da Agricultura Brasileira. Revista de Política Agrícola. Ano VIII (3): 5-19, 1999.

ARAUJO, N.B; WEDEKIN, I; PINAZZA, L. A Complexo Agroindustrial - o "Agribusiness Brasileiro", Agroceres, São Paulo, 1990, 238 p.

CALDAS, R de A. e outros (Editores). Agronegócio Brasileiro: Ciência, Tecnologia e Competitividade. Brasília, CNPq, 1998. p 275.

CASTRO GOMES e outros (Editores). Cadeias Produtivas e Sistemas Naturais: Prospecção Tecnológica. Embrapa, 1998. p 564.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R.A. A concept of Agribusiness. Harvard University, 1957.

FURTUOSO, M.C.O. O Produto Interno Bruto do Complexo Agroindustrial Brasileiro. Tese de Doutorado (ESALQ), Piracicaba, 1998.

GASQUEZ, J.G. Gastos Públicos na Agricultura. IPEA, 2000, 26 p. (artigo a ser publicado na Revista de Política Agrícola).

HADDAD, P.R. A competitividade do Agronegócio e o Desenvolvimento Regional no Brasil. Estudos de Clusters. Brasília, CNPq/Embrapa, 1999.

IBGE. Matriz de insumo - produto de 1996. IBGE, Rio de Janeiro, 1999a.

Novo sistema de contas nacionais do Brasil - Metodologia e resultados provisórios, ano-base 1980. Série Textos para Discussão, n. 10, vol. I e II. IBGE, Rio de Janeiro, dez./1988.

Sistema de contas nacionais do Brasil: 1990-1996. 2 vol. Rio de Janeiro: IBGE, 1997a.

Sistema de contas nacionais: tabelas de recursos e usos - metodologia. Série Textos para Discussão, n. 88. Rio de Janeiro: IBGE, dezembro/1997b.

Sistema de contas nacionais do Brasil: 1997 - versão preliminar. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

Sistema de contas nacionais do Brasil: 1998 - versão preliminar. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Coleção "Os Economistas". São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LEONTIEF, Wassily. A economia do insumo-produto. Coleção "Os Economistas", São Paulo: Abril Cultural, 1983.

NUNES, Eduardo Pereira. Sistemas de contas nacionais: a gênese das contas nacionais modernas e a evolução das contas nacionais no Brasil. Campinas, SP: 1998. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas.

PINAZZA, L. A.; ALEMANDRO, R. Reestruturação do Agribusiness Brasileiro - Agronegócio no III Milênio - São Paulo, ABAG/FGV, 1999. 266 p.

SOBER. Agronegócio Brasileiro: Desafios e Perspectivas. Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Poços de Caldas, 2 volumes, 1998.

SOBER. Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Foz do Iguaçu, 1999. (CDROM).

AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: UMA OPORTUNIDADE DE INVESTIMENTOS

Disponível em:

http://www.agricultura.gov.br/portal/page?_pageid=33,968707&_dad=portal&_schema=PORTAL

Acesso em: 11 set. 2006

Moderno, eficiente e competitivo, o agronegócio brasileiro é uma atividade próspera, segura e rentável. Com um clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o Brasil tem 388 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade, dos quais 90 milhões ainda não foram explorados. Esses fatores fazem do país um lugar de vocação natural para a agropecuária e todos os negócios relacionados à suas cadeias produtivas. O agronegócio é hoje a principal locomotiva da economia brasileira e responde por um em cada três reais gerados no país.

O agronegócio é responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros. Estima-se que o PIB do setor chegue a US\$ 180,2 bilhões em 2004, contra US\$ 165,5 bilhões alcançados no ano passado. Entre 1998 e 2003, a taxa de crescimento do PIB agropecuário foi de 4,67% ao ano. No ano passado, as vendas externas de produtos agropecuários renderam ao Brasil US\$ 36 bilhões, com superávit de US\$ 25,8 bilhões.

Nos últimos anos, poucos países tiveram um crescimento tão expressivo no comércio internacional do agronegócio quanto o Brasil. Os números comprovam: em 1993, as exportações do setor eram de US\$ 15,94 bilhões, com um superávit de US\$ 11,7 bilhões. Em dez anos, o país dobrou o faturamento com as vendas externas de produtos agropecuários e teve um crescimento superior a 100% no saldo comercial. Esses resultados levaram a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) a prever que o país será o maior produtor mundial de alimentos na próxima década.

O Brasil é um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuários. É o primeiro produtor e exportador de café, açúcar, álcool e sucos de frutas. Além disso, lidera o ranking das vendas externas de soja, carne bovina, carne de frango, tabaco, couro e calçados de couro. As projeções indicam que o país também será, em pouco tempo, o principal pólo mundial de produção de algodão e biocombustíveis, feitos a partir de cana-de-açúcar e óleos vegetais. Milho, arroz, frutas frescas, cacau, castanhas, nozes, além de suínos e pescados, são destaques no

agronegócio brasileiro, que emprega atualmente 17,7 milhões de trabalhadores somente no campo.

MODERNIZAÇÃO

O bom desempenho das exportações do setor e a oferta crescente de empregos na cadeia produtiva não podem ser atribuídos apenas à vocação agropecuária brasileira. O desenvolvimento científico-tecnológico e a modernização da atividade rural, obtidos por intermédio de pesquisas e da expansão da indústria de máquinas e implementos, contribuíram igualmente para transformar o país numa das mais respeitáveis plataformas mundiais do agronegócio. A adoção de programas de sanidade animal e vegetal, garantindo a produção de alimentos saudáveis, também ajudou o país a alcançar essa condição.

É evidente, entretanto, que o clima privilegiado, o solo fértil, a disponibilidade de água e a inigualável biodiversidade, além da mão-de-obra qualificada, dão ao Brasil uma condição singular para o desenvolvimento da agropecuária e de todas as demais atividades relacionadas ao agronegócio. O país é um dos poucos do mundo onde é possível plantar e criar animais em áreas temperadas e tropicais. Favorecida pela natureza, a agricultura brasileira pode obter até duas safras anuais de grãos, enquanto a pecuária se estende dos campos do Sul ao Pantanal de Mato Grosso - a maior planície inundável do planeta.

Para fortalecer essas vantagens competitivas, tornando o agronegócio um investimento ainda mais atrativo, o governo tem modernizado a Política Agrícola. A espinha dorsal desse processo é o seguro rural. Indispensável à garantia de renda do produtor, ele também é essencial à geração de empregos no campo, ao avanço tecnológico e à efetiva incorporação do setor ao mercado de capitais.

Outros modernos instrumentos de Política Agrícola, como o Fundo de Investimento do Agronegócio (FIA), o Certificado de Depósito Agropecuário e o Warrant Agropecuário, têm sido desenvolvidos e aperfeiçoados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Com isso, o governo busca atrair parte do patrimônio de mais de US\$ 165 bilhões dos fundos de investimentos ao financiamento das atividades agropecuárias para impulsionar ainda mais o setor por meio do crédito rural.

O governo acaba de modernizar os contratos de opção de venda, trazendo o setor privado para dentro das políticas públicas do setor. Dessa forma, aumenta o potencial de alavancagem dos recursos públicos aplicados na agropecuária e garante ainda mais liberdade ao setor privado. Essas mudanças certamente impulsionarão ainda mais o agronegócio,

responsável pela totalidade do superávit da balança comercial brasileira nos últimos anos.

Com uma população superior a 170 milhões, o Brasil tem um dos maiores mercados consumidores do mundo. Hoje, cerca de 80% da produção brasileira de alimentos é consumida internamente e apenas 20% são embarcados para mais de 209 países. Em 2003, o Brasil vendeu mais de 1.800 diferentes produtos para mercados estrangeiros. Além dos importadores tradicionais, como Europa, Estados Unidos e os países do Mercosul (Argentina, Uruguai e Paraguai), o Brasil tem ampliado as vendas dos produtos do seu agronegócio aos mercados da Ásia, Oriente Médio e África.

SUPERPRODUÇÃO

O desempenho da agropecuária brasileira é incomparável. Nenhum outro país do mundo teve um crescimento tão expressivo na agropecuária quanto o Brasil nos últimos anos. A safra de grãos, por exemplo, saltou de 57,8 milhões de toneladas para 123,2 milhões de toneladas entre as safras 1990/1991 e 2002/2003. Nesse período, a evolução da pecuária também foi invejável, com destaque para a avicultura, cuja produção aumentou 234% - ou incríveis 16,7% ao ano -, passando de 2,3 milhões para 7,8 milhões de toneladas. Não é por acaso, portanto, que o setor, dono de uma alta produtividade, excelente nível sanitário e alta tecnologia, tem atraído cada vez mais investimentos internacionais nos últimos anos.

De 1990 para cá, a produção de grãos no Brasil cresceu 131%. Nesse período, a área plantada ampliou-se apenas 16,1%, passando de 36,8 milhões para 43,9 milhões de hectares. A abundância foi obtida, portanto, graças ao aumento de 85,5% no índice de produtividade nessas últimas 13 safras. O rendimento das principais culturas agrícolas saltou de 1,5 tonelada para 2,8 toneladas por hectare. Por trás desse avanço, estão as digitais da pesquisa agropecuária, responsável pelo desenvolvimento de 529 novos cultivares adaptados especificamente a cada clima e solo nas principais regiões produtoras do Brasil. Pesaram também o emprego de técnicas mais avançadas e ambientalmente corretas, como o plantio direto na palha, e o trabalho de correção de solos e recuperação de áreas degradadas de pastagens e outras culturas.

Com pelo menos 90 milhões de terras agricultáveis ainda não utilizadas, o Brasil pode aumentar em, no mínimo, três vezes sua atual produção de grãos, saltando dos atuais 123,2 milhões para 367,2 milhões de toneladas. Esse volume, porém, poderá ser ainda maior, considerando-se que 30% dos 220 milhões de hectares hoje ocupados por pastagens devem ser incorporados à produção agrícola em função do expressivo aumento da produtividade na pecuária. O país tem condições de chegar

facilmente a uma área plantada de 140 milhões de hectares, com a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste e no Nordeste. Tudo isso sem causar qualquer impacto à Amazônia e em total sintonia e respeito à legislação ambiental.

PECUÁRIA

A exemplo da agricultura, a pecuária registra um crescimento espetacular. De 1990 a 2003, a produção de carne bovina aumentou 85,2% - ou 6,1% ao ano -, passando de 4,1 milhões para 7,6 milhões de toneladas. Nesse período, a suinocultura cresceu 173,3%, ou 12,4% ao ano. A produção de carne suína saltou de 1 milhão para 2,87 milhões de toneladas. O complexo carnes, que inclui outros tipos do produto, também investe em pesquisa, por intermédio do melhoramento genético, e na certificação de origem do produto. Tudo para oferecer aos consumidores alimentos seguros e de alta qualidade, como o chamado "boi verde", um animal alimentado apenas com pastagem, muito diferente dos sistemas mantidos em outros países produtores.

Dono do maior rebanho bovino comercial do mundo, o Brasil tem mais de 83% das suas 183 milhões de cabeças em áreas livres da febre aftosa, uma doença altamente contagiosa e economicamente devastadora. O país também é considerado pelo Comitê Veterinário da União Européia como "área de risco desprezível" para a ocorrência do chamado mal da "vaca louca", a doença que dizimou populações inteiras na Europa e chegou recentemente ao continente americano.

Ao mesmo tempo, a maior parte do território brasileiro está livre de doenças como "Newcastle", que pode exterminar plantéis inteiros de frangos e até mesmo contagiar o homem, e a peste suína clássica, letal para animais jovens. O país também não registra qualquer caso de influenza aviária, a chamada "gripe do frango", um vírus altamente contagioso que tem infectado aves na Ásia, América do Norte e Europa. No setor avícola, o país é o segundo maior do mundo. Em suínos, tem a terceira maior população do globo.

ÁLCOOL E AÇÚCAR

Introduzida no Brasil para consolidar a colonização portuguesa e, ao mesmo tempo, garantir grandes lucros à metrópole, a cana-de-açúcar tornou-se um dos produtos mais importantes do agronegócio brasileiro. Do auge durante o chamado ciclo da cana (séculos XVI e XVII) aos dias de hoje, a cultura manteve uma forte participação na economia nacional. O país é o maior produtor mundial de cana, com uma área plantada de 5,4 milhões de hectares e uma safra anual de cerca de 354 milhões de

toneladas. Em consequência disso, também é, naturalmente, o mais importante produtor de açúcar e de álcool.

Em 2003, segundo dados consolidados pela Secretaria de Produção e Comercialização (SPC), as exportações de açúcar atingiram 12,9 milhões de toneladas, com receitas de US\$ 2,1 bilhões, um resultado 2,2% superior ao registrado em 2002. Os principais destinos do nosso produto foram Rússia, Nigéria, Emirados Árabes Unidos, Canadá e Egito. A produção em 2003/2004 chegou a 24,8 milhões de toneladas de açúcar.

A cana também é matéria-prima para extração de álcool. Cada tonelada de cana tem o potencial energético de 1,2 barril de petróleo. Atualmente, o álcool movimenta 15% da frota automotiva do país. Em 2003/2004, o Brasil produziu 14,4 bilhões de litros de álcool. No ano passado, o volume de embarques bateu em 800 milhões de litros.

Combustível não-polvente, o álcool é um produto que cada vez mais interessa às nações interessadas em reduzir a emissão de gases nocivos à saúde humana. Países como a China e o Japão já manifestaram intenção de importar o combustível. A perspectiva é de que as exportações de álcool dêem um salto espetacular nos próximos anos.

CAFÉ

Da Etiópia, no nordeste da África, ao Brasil, o café fez um longo percurso. Primeiro, migrou para a Península Arábica, entre 600 e 700 d.C, conquistando mouros e cristãos. Durante a Idade Média, chegou à Europa, onde era conhecido como a "vinha da Arábia". No início do século XVIII, as primeiras sementes do produto chegaram ao território brasileiro trazidas da Guiana Francesa. Depois de tentativas frustradas de desenvolver a cultura no Norte, a cafeicultura se fixou no Sudeste do país e, mais tarde, expandiu-se por Paraná e Bahia, transformando o Brasil no maior produtor e exportador mundial de café.

Com uma área plantada de 2,2 milhões de hectares, o Brasil teve uma safra de 28,82 milhões de sacas em 2003/04. No ano passado, as exportações brasileiras do produto chegaram a 1,43 milhão de toneladas, com faturamento de US\$ 1,51 bilhão. Os principais destinos foram Estados Unidos, Alemanha, Itália e Japão. O país detém 28% do mercado mundial de café em grão in natura.

CARNES E COURO

A pecuária brasileira é hoje uma das mais modernas do mundo. O alto padrão da sanidade e qualidade dos produtos de origem bovina, suína e de aves elevaram as exportações do complexo carne a US\$ 4,1 bilhões em

2003, com um aumento de 31% em comparação com o resultado de 2002. Com isso, o Brasil passou a liderar o ranking dos maiores exportadores de carne bovina e de frangos.

As exportações de carne bovina in natura e industrializada cresceram 40% em 2003, chegando a US\$ 1,5 bilhão. Em volume, totalizaram 1,4 milhão de toneladas e foram embarcadas principalmente para Chile, Países Baixos, Egito, Reino Unido, Itália, Arábia Saudita e Alemanha, entre outros. Esse desempenho colocou o país em primeiro lugar no ranking mundial das vendas do setor, superando a Austrália, até então o líder comércio internacional do produto.

Em 2003, o país assumiu ainda a liderança do ranking dos maiores exportadores do setor avícola, com crescimento de 20% em relação a 2002. As exportações brasileiras de frango in natura e industrializado somaram US\$ 1,8 bilhão, representando cerca de 2 milhões de toneladas. A maior parte dos embarques foram para a Arábia Saudita, Japão, Países Baixos, Alemanha, Rússia e Hong Kong.

O Brasil também registrou crescimento nas vendas externas de carne suína, que aumentaram 12%, chegando a US\$ 526 milhões - ou cerca de 550 mil toneladas. Rússia, Hong Kong, Argentina, Cingapura e Uruguai foram os principais importadores da carne suína brasileira.

As exportações de couros cresceram mais de 10,2% em 2003, saltando a US\$ 1,06 bilhão. O couro acabado foi o que apresentou o melhor resultado, ampliando seu volume de negócios em 29,5%, o que correspondeu a quase US\$ 469 milhões. Com isso, atingiu 44% da exportação total de couros. As vendas externas dos produtos de couro foram de quase US\$ 1,4 bilhão no ano passado. Os calçados de couro representaram 91,5% das exportações. Os Estados Unidos compraram 91,5% de todos os produtos de couros, seguidos do Reino Unido e Canadá.

SOJA

Originária da China, a soja é hoje o principal grão do agronegócio brasileiro. O país é o segundo maior produtor mundial da oleaginosa, com uma safra de 52 milhões de toneladas e uma área plantada de 18,4 milhões de hectares na temporada 2002/2003.

A soja é conhecida há mais de cinco mil anos. No Brasil, chegou em 1882, quando foi introduzida no tórrido território baiano. A partir de 1940, começou a ganhar importância na agricultura. Passados quase 64 anos, transformou-se no maior destaque do agronegócio brasileiro. No ano passado, o Brasil assumiu a liderança no mercado internacional do

complexo soja (grãos, farelo e óleo), com exportações de US\$ 8,1 bilhões, 31% acima do valor alcançado em 2002.

A expansão do plantio de soja é um dos maiores exemplos do potencial e vocação agrícola brasileira. Até a década de 80, as lavouras da oleaginosa se concentravam nos estados do Sul - Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Graças ao desenvolvimento de cultivares adaptados ao solo e ao clima das diferentes regiões brasileiras, a soja se espalhou também pelo Centro-Oeste, nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e no Distrito Federal, além de parte do Nordeste - principalmente no oeste da Bahia e no sul do Maranhão e do Piauí.

O crescimento da soja no Brasil também foi fantástico. Em 1990/1991, a colheita foi de 15,3 milhões de toneladas, com uma área plantada de 9,7 milhões de hectares. Com a safra de 52 milhões de toneladas em 2002/03, a produção mais do que triplicou em 12 safras, em consequência dos ganhos de rendimento.

SUCOS e FRUTAS

A fruticultura é estratégica para o agronegócio brasileiro. Com um superávit de US\$ 267 milhões em 2003, o setor ocupa uma área de 3,4 milhões de hectares. A produção de frutas permite obter um faturamento bruto entre R\$ 1 mil e R\$ 20 mil por hectare. Hoje, o mercado interno absorve 21 milhões de toneladas/ano e o excedente exportável é de cerca de 17 milhões de toneladas.

Com uma fruticultura diversificada, o Brasil é um dos maiores pólos mundiais de produção de sucos de frutas. No ano passado, as exportações do setor alcançaram US\$ 1,25 bilhão. Do total, 95,5% corresponde a suco de laranja, do qual o país é o maior produtor e exportador. O setor gerou receitas cambiais de US\$ 1,2 bilhão em 2003, um resultado 14,6% acima do valor vendido ao mercado externo em 2002. Os principais destinos foram Bélgica, Países Baixos, Estados Unidos e Japão.

O Brasil é o terceiro pólo mundial de fruticultura, com uma produção anual de cerca de 38 milhões de toneladas. Em 2003, as vendas externas de frutas frescas alcançaram US\$ 335,3 milhões, com um aumento de 39% em comparação aos US\$ 241 milhões obtidos em 2002. Neste ano, devem crescer algo em torno de 15%, chegando a US\$ 375 milhões. Com isso, torna-se cada vez mais factível a meta brasileira de elevar a US\$ 1 bilhão as exportações de frutas frescas até o final desta década.

Consciente do enorme potencial do país na área de fruticultura, com plenas condições de ampliar sua participação do mercado internacional, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e os produtores do setor estão investindo em um sistema de cultivo de frutas de alto padrão

de qualidade e sanidade. É o programa de Produção Integrada de Frutas (PIF), que prevê o emprego de normas de sustentabilidade ambiental, segurança alimentar, viabilidade econômica e socialmente justa, mediante o uso de tecnologias não agressivas ao meio ambiente e ao homem.

As frutas cultivadas no sistema de produção integrada vão para o mercado com um selo de conformidade, atestando a sua qualidade e sanidade. Desde que foi implantada, a PIF permitiu uma redução de 63% no uso de agrotóxicos nos pomares de manga; de 50% no mamão; de 32% na uva; e de 30% na maçã.

PRODUTOS FLORESTAIS

A indústria brasileira de papel e celulose tem vocação exportadora, graças a sua competitividade, o que tem se refletido no aumento de sua participação no comércio internacional. Em 2003, as exportações de celulose cresceram mais de 50% em relação ao ano anterior, saltando de US\$ 1,1 bilhão para US\$ 1,7 bilhão. Os principais destinos foram Estados Unidos, China, Japão e países da União Européia. Já as vendas externas de papel chegaram a US\$ 1 bilhão em 2003, 21,5% acima do valor comercializado em 2002, de US\$ 900 milhões.

Papel, celulose, madeiras e suas obras compõem um importante item da pauta de exportações brasileiras. No ano passado, o país exportou US\$ 4,9 bilhões de produtos florestais, representando um aumento de 28,6% em comparação ao valor alcançado em 2002.

As exportações de madeira e suas obras aumentaram 18,4%, passando de US\$ 2,2 bilhões em 2002 para US\$ 2,6 bilhões em 2003. Os Estados Unidos é o principal comprador brasileiro, absorvendo 44% das vendas. Outros importantes destinos foram Reino Unido, China, Bélgica, França, Japão e Espanha.

ALGODÃO

O cultivo de algodão no Brasil deve dar um salto nos próximos anos. A expansão do plantio indica que o país também poderá assumir papel de destaque na cotonicultura mundial. As plantações têm crescido especialmente em estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e na Bahia. Com alto grau de tecnologia, as lavouras de algodão apresentam resultados animadores em termos de produção e produtividade.

As exportações da pluma dobraram em apenas uma safra, passando de US\$ 93 milhões em 2002 para US\$ 188,5 milhões em 2003. Na temporada 2003/04, o país deve produzir 1,2 milhão de toneladas do produto em pluma, contra 847,5 milhões de toneladas do período

anterior. Isso representa um crescimento de 46,3%, o que significou um acréscimo de 392,6 milhões de toneladas na produção de algodão. A área plantada deve passar de 735,1 milhões de hectares para 1 milhão de hectares.

CACAU

Bebida sagrada para os povos indígenas da América, o cacau passou a ter importância comercial no Brasil dos fins do século XVII. Embora tenha sido cultivado inicialmente no Norte do país, o cacau só ganhou força depois de ser introduzido no sul da Bahia, onde encontrou as condições naturais favoráveis para se expandir. Até hoje, a região é a principal pólo de produção da cacauicultura, setor cuja trajetória teve importante participação na economia e na política brasileira das últimas décadas. As exportações de cacau e seus derivados aumentaram 55,4% em 2003, saltando de US\$ 206 milhões em 2002 para US\$ 321 milhões no ano passado.

AGRICULTURA ORGÂNICA

O aumento crescente da demanda por produtos livres de agrotóxicos tem impulsionado a agricultura orgânica no Brasil. Sistema de manejo sustentável que dispensa o uso de agrotóxicos sintéticos, esse sistema agrícola privilegia a preservação ambiental, a biodiversidade, os ciclos biológicos e a qualidade de vida do homem. Com uma área plantada de 842 mil de hectares, o setor movimentou cerca de US\$ 1 bilhão em 2003. O país tem 19 mil propriedades orgânicas certificadas e 174 processadoras espalhadas em diversas regiões.

A agricultura orgânica brasileira cresce a uma taxa anual de 20% e já tem grande participação no mercado interno e, em breve, deve ampliar sua presença no mercado internacional. A crescente demanda por produtos orgânicos está fortemente relacionada ao aumento da exigência dos consumidores, internos e externos, com a qualidade dos alimentos e com os impactos da agricultura sobre o meio ambiente. A expansão da agricultura orgânica também pode ser atribuída ao desenvolvimento de um mercado mais justo para produtores e consumidores, que é altamente gerador de empregos.

Em 2003, o Brasil aprovou uma lei específica para a agricultura orgânica. Ao mesmo tempo, elaborou um plano de trabalho para executar o Programa de Desenvolvimento na Agricultura Orgânica, contemplado no Plano Plurianual 2004-2007. Com isso, o governo brasileiro valoriza o segmento, estruturando o gerenciamento físico e financeiro das ações para a área.

PESQUISA & DESENVOLVIMENTO

O conhecimento e tecnologia são instrumentos imprescindíveis ao crescimento sustentável do agronegócio do Brasil. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tem papel fundamental no desenvolvimento de pesquisas e na produção de novas técnicas agrícolas e pecuárias, além de contribuir com a agroindústria.

Reconhecida como uma das grandes responsáveis pelo aumento da produção brasileira de grãos, que atingiu 9,5% em 2003, a Embrapa lidera o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA). Essa rede engloba, além das unidades de pesquisa e desenvolvimento da empresa, centros de pesquisa agropecuária estaduais, algumas universidades brasileiras e outras instituições privadas. Também fazem parte do sistema os Laboratórios Virtuais no Exterior (Labex) da Embrapa, implantados atualmente nos Estados Unidos e na Europa (França).

Estudos de simulação feitos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) demonstraram que os investimentos em pesquisa e desenvolvimento podem elevar a produção de grãos no Brasil a 295 milhões de toneladas com a utilização da tecnologia já disponível, hoje usada apenas por uma parte dos produtores brasileiros. De acordo com especialistas da área, a Embrapa desenvolve 52% dos projetos em agricultura no Brasil. Governos estaduais contribuem com 20%. Universidades, com 21%.

As variedades de sementes desenvolvidas pela Embrapa representaram 77% das variedades de arroz oferecidas no Brasil entre 1976 e 1999; 30% do feijão; e 37% da soja. Entre os materiais desenvolvidos pela empresa até 2004 são contabilizadas 91 variedades de arroz, 36 de feijão, 68 de milho, 87 de trigo, 37 de algodão e 210 variedades de soja.

O imenso potencial do agronegócio brasileiro, aliado à capacidade instalada de suas instituições e à reconhecida criatividade de seus pesquisadores, abrem enormes possibilidades de investimentos externos e privados em pesquisa e desenvolvimento no país. Cosméticos, nutracêuticos, uso da biotecnologia para desenvolvimento de raças e variedades resistentes a parasitas, doenças, pragas, estresse hídrico e secas prolongadas, juntamente com informática agropecuária e agricultura de precisão, são algumas das áreas que apresentam as melhores oportunidades de investimento por intermédio de parceria público-privado para a geração de conhecimento técnico-científico.

Maiores Informações: estatistica@agricultura.gov.br

AGROPECUÁRIA É O TERCEIRO MAIOR EMPREGADOR DO PAÍS

Disponível em:

<http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=noticia&&idN=10239>

Acesso em: 11 set. 2006

Apesar da crise de rentabilidade de algumas commodities, a agropecuária continua como o terceiro maior empregador do País, perdendo apenas para os setores de serviços e a indústria de transformação.

11/09/06

O Estado do Paraná

Nos últimos sete meses, a atividade gerou um saldo de 219.329 mil empregos com carteira assinada no Brasil. O saldo é o resultado do número total de admissões menos os desligamentos. O número total de admissões, de janeiro a julho, sem os desligamentos, já soma 704.875 no setor agropecuário. Os dados constam no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que é constituído a partir das informações enviadas pelas empresas ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Ao todo, em todos os setores da economia, já foram criados até julho 1.078.155 novos empregos. Estima-se que até o final do ano os empregos com carteira assinada no País ultrapassem 1,25 milhão, número de postos criados no ano passado. Na agropecuária, só no mês de julho foram criados 27.748 vagas. O estado com maior geração de vagas na atividade até agora foi São Paulo, que já criou 106.442 novos postos de trabalho nos primeiros sete meses do ano, seguido de Minas Gerais com 87.905 novos postos.

Os meses de abril, maio e junho apresentaram os melhores resultados em termo de admissões na agricultura. Os três meses coincidem com a época de colheita de grãos. Apenas em junho o saldo foi de 64.708 novos empregos, mais de 40 mil só em Minas Gerais, onde o número de vagas foi impulsionado pelo avanço da cultura de cana-de-açúcar e a citricultura. Em julho, a agricultura foi profundamente influenciada pela sazonalidade associada à safra do café em Minas Gerais, criando 8.280 novos empregos no estado, e pelo o cultivo de frutas cítricas que gerou 5.981 empregos de carteira assinada no em São Paulo.

Incluindo as demais pautas do agronegócio (madeira e mobiliário, papel e celulose, borracha, fumos e couros, produtos têxteis e vestuário, calçados, produção de alimentos e bebidas), o total de empregos com carteira assinada gerados já soma 380.812 nos primeiros sete meses do ano. No

ano passado, o agronegócio foi responsável por 27,9% do Produto Interno Bruto (PIB) do País, somando R\$ 538 bilhões.

Um estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estima que para cada R\$ 10 milhões de acréscimo na produção agropecuária 1.193 empregos são criados (620 diretos, 186 indiretos e 387 empregos efeito-renda empregos provenientes do aumento do consumo devido ao crescimento da renda). Segundo o documento do BNDES, os demais setores que completam o ranking dos 10 mais intensivos em mão-de-obra são, respectivamente, serviços prestados à família (educação, saúde, lazer), madeira e mobiliário, indústria do café, comércio, abate de animais, fabricação de óleos vegetais, beneficiamento de produtos vegetais e indústria de laticínios. Nesta equação, a agropecuária é o segundo maior gerador de empregos, perdendo apenas para o setor de vestuário.

EXPORTAÇÕES E SUPERÁVIT DO AGRONEGÓCIO BATEM RECORDES HISTÓRICOS

Disponível em:

<http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=noticia&&idn=10208>

Acesso em: 11 set. 2006

As exportações brasileiras do agronegócio totalizaram US\$ 31,774 bilhões entre e janeiro a agosto deste ano, 10,9% acima do valor exportado em igual período de 2005.

08/09/06

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Imprensa

Somente em agosto, as vendas do setor atingiram US\$ 5,179 bilhões, o que representou um crescimento de 18% em relação ao mesmo mês do ano passado. Os números da balança comercial do agronegócio foram divulgados quarta-feira (06/09) pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

De acordo com a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do Mapa, no acumulado do ano, as importações totalizaram US\$ 4,182 bilhões. Como consequência, o superávit do setor foi de US\$ 27,592 bilhões. Tanto o valor das exportações quanto o superávit do agronegócio são recordes históricos para períodos de janeiro a agosto.

Nos oito primeiros meses do ano, os destaques foram para as vendas externas de cereais, farinhas e suas preparações (116,7%); açúcar e álcool (47,5%); sucos de frutas (23,6%); papel e celulose (21%). Em agosto, a balança comercial do agronegócio registrou superávit de US\$ 4,559 bilhões, também recorde para meses de agosto. As importações do mês somaram US\$ 620 milhões.

As exportações do setor sucroalcooleiro cresceram 86,2% em agosto, sendo que as vendas de açúcar aumentaram 53,2% devido à elevação dos preços (em torno de 60%). O valor exportado de álcool aumentou 319,8%, resultado de um aumento de 137% na quantidade embarcada e preços 77% acima dos registrados em agosto de 2005.

Além do açúcar e do álcool, o Mapa destacou o crescimento, em agosto, das exportações de papel e celulose (38,2%); sucos de frutas (15,3%); café, chá mate e especiarias (14,4%); fumo e tabaco (13,2%). As vendas externas de carnes (bovina in natura, frango e suína) apresentaram um crescimento de 10,4% em agosto, passando de US\$ 843 milhões para US\$ 930 milhões.

Acumulado - No período de setembro de 2005 a agosto de 2006, as exportações brasileiras do agronegócio totalizaram US\$ 46,714 bilhões, 12,2% acima do valor exportado entre setembro de 2004 e agosto de 2005, que foi de US\$ 41,642 bilhões. As importações foram 19,3% superiores aos doze meses anteriores, com gastos de US\$ 6,013 bilhões. Com isso, o superávit comercial acumulado nos últimos 12 meses foi de US\$ 40,7 bilhões.

PRODUTOS AGRÍCOLAS BATEM RECORDE DE EXPORTAÇÃO

Disponível em:

<http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=noticia&&idN=10212>

Acesso em: 11 set. 2006

As exportações de produtos agrícolas renderam US\$ 31,774 bilhões no acumulado entre janeiro e agosto deste ano, valor recorde para o período e 10,9% acima do registrado nos oito primeiros meses de 2005

Fonte: www.estadao.com.br em 08/09/06

As exportações de produtos agrícolas renderam US\$ 31,774 bilhões no acumulado entre janeiro e agosto deste ano, valor recorde para o período e 10,9% acima do registrado nos oito primeiros meses de 2005. Os gastos com importações cresceram 24,8% em relação a igual período do ano anterior, totalizando US\$ 4,182 bilhões.

O saldo comercial foi de US\$ 27,592 bilhões em 2006, recorde para o período. No acumulado entre janeiro e agosto do ano passado, o superávit comercial foi de US\$ 25,308 bilhões. Os números foram divulgados nesta quarta-feira pelo Ministério da Agricultura. AGOSTO - Os embarques de produtos agrícolas renderam US\$ 5,179 bilhões em agosto, representando crescimento de 18% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os gastos com importações subiram 34,2%, totalizando US\$ 620 milhões. O superávit da balança agrícola foi de US\$ 4,559 bilhões.

As exportações e o superávit são recordes para os meses de agosto. Além do crescimento de 86,2% na receita cambial obtida com as vendas de açúcar e álcool, o governo também destacou o aumento de 38,2% na receita cambial obtida com as exportações de papel e celulose; 15,3% com suco de frutas; 14,4% no faturamento com as vendas externas de café, chá, mate e especiarias, e 13,2% para o setor de fumo e tabaco. De acordo com os dados divulgados pelo ministério, as exportações de carnes cresceram 10,4% no mês passado, apesar do embargo, total ou parcial, mantido por 58 países à carne brasileira por causa dos focos de febre aftosa diagnosticados no ano passado no Mato Grosso do Sul e Paraná.

No caso da carne bovina in natura, a receita cambial cresceu 16,6%, resultado determinado pela redução de 2,6% na quantidade exportada e pelo aumento de 13,7% nos preços médios de exportação. Mesmo com o temor mundial em relação à gripe aviária, o que afetou o consumo na Europa e no Oriente Médio, as exportações de carne de frango in natura cresceram 11,8% em volume, mas os preços médios de venda renderam 12,5%.

A receita cambial obtida com esses embarques caiu 2,2%. A quantidade exportada de carne suína caiu 6,5%, enquanto os preços subiram 8,3%.

É DIFÍCIL FAZER NEGÓCIOS NO BRASIL, AFIRMA RELATÓRIO DO BANCO MUNDIAL

Disponível em:

<http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=noticia&&idN=10202>

Acesso em: 11 set. 2006

O Brasil é um dos países onde é mais difícil fazer negócios: ocupa o 121º lugar entre 175 economias do mundo todo analisadas pelo Banco Mundial e pela International Finance Corporation. O estudo Fazendo Negócios 2007, foi realizado de janeiro de 2005 a abril de 2006 e divulgado nesta semana.

08/09/06

Agência Brasil

Segundo o levantamento, o Brasil subiu uma posição no ranking, por conta de melhorias na eficiência dos tribunais ao limitar recursos e simplificar a execução de julgamentos. Ainda assim, o país está longe de ser considerado pelo relatório um bom lugar para fazer negócios.

A classificação segue indicadores de tempo e de custo para atender às exigências do governo para abrir uma empresa, seu funcionamento, comércio, tributação e fechamento. Não são considerados aspectos como políticas macroeconômicas, qualidade de infra-estrutura, oscilação da moeda, percepções dos investidores ou índices de criminalidade.

Os países latino-americanos com classificação mais alta são o Chile (28º), o México (43º) e o Uruguai (64º). Venezuela (164º), Haiti (139º), Guiana (136º) e Bolívia (131º) têm os piores ambientes para negócio da região. Os maiores obstáculos são os tribunais morosos e os sistemas complexos e elevados de tributação.

No Brasil, segundo o relatório, um empresa pode chegar a pagar 72% de seus lucros em tributos e levar 2.600 horas por ano para atender às exigências burocráticas. No topo do ranking mundial estão Cingapura, Nova Zelândia, Estados Unidos, Canadá, Hong-Kong (China), Reino Unido, Dinamarca, Austrália, Noruega, Irlanda.

Mesmo longe do ambiente ideal, o relatório do Banco Mundial mostra que no período 2005-2006 ficou mais fácil fazer negócios na maioria dos países latino-americanos.

Vinte e sete reformas reguladoras em 13 economias da região simplificaram os regulamentos comerciais, fortaleceram os direitos de propriedade, diminuíram os encargos tributários, aumentaram o acesso ao crédito e reduziram o custo de exportação e importação.

Três países latino-americanos ficaram na lista dos dez países do mundo que realizaram mais reformas para facilitar a execução de negócios – o México, em terceiro lugar, o Peru em quinto, e a Guatemala em oitavo. A Bolívia e a Venezuela, no entanto, resistiram à tendência regional e dificultaram os negócios, segundo o Banco Mundial. No mundo todo, foram feitas 213 reformas em 112 países. As nações que mais fizeram são Geórgia, Romênia, México, China, Peru, França, Croácia, Guatemala, Gana e Tanzânia.

AGRICULTURA FAMILIAR: DA SUBSISTÊNCIA AO AGRONEGÓCIO

Disponível em:

<http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=texto&&idT=40>

Acesso em: 11 set. 2006

14/03/03

Ivandir Soares Campos

Às vezes temos a impressão de que muitas pessoas ainda vêm a agricultura familiar como uma atividade de subsistência, na qual o agricultor é aquele "pobre coitado", agarrado ao cabo da enxada, trabalhando para sobreviver à duras penas. Aliás, por mais incrível que pareça, apesar de existir um número razoável de instituições públicas e ongs atuando na zona rural e a existência de tecnologias e informações que podem ajudar a mudar essa situação, a maioria dos nossos produtores rurais são pequenos produtores, no real sentido da palavra.

Infelizmente, vivemos num mundo em que as plantas crescem e têm seu valor, os animais crescem e também têm o seu valor (por sinal, matar ou maltratar um animal parece ser mais grave do que o fazê-lo a um ser humano), mas dentre os seres humanos, que também nascem pequenos, há aqueles que, sem condições materiais e sociais, permanecem pequenos e sem perspectivas. Observamos uma ordem universal em que para os grandes e ricos (países, estados, cidades e pessoas): todo o poder e o que há de melhor, o resto é periferia com direito apenas às sobras.

Mas vamos voltar ao pequeno produtor rural. Seria possível transformar a agricultura familiar em agronegócio? Será que em alguma região essa atividade já não é tratada como tal? Onde os produtores, mesmo usando a mão-de-obra familiar e outros insumos existentes na propriedade, se organizam em associações e cooperativas para comercialização das suas colheitas e aquisição de produtos de suas necessidades. Sabemos que no Acre já existem algumas associações e cooperativas que vêm lutando para saírem do sustentado para o sustentável, mas ainda há aquelas formadas com objetivos não muito claros, que não sobrevivem por muito tempo, acarretando problemas de credibilidade para as comunidades a elas ligadas.

Por que há tanta dificuldade em se fazer com que a maioria das atividades agropecuárias e agrofloretais deslanche mais rapidamente, tornando-se, de fato, sustentáveis (econômica, social e ecologicamente)? Existe apoio dos governos, existem tecnologias, existe assistência técnica, existe crédito e existem demandas por produtos, tanto em nível local como para exportação.

Acreditamos que, em certos casos, há necessidade de uma melhor organização da cadeia produtiva, com uma definição de papéis nos vários processos, sob a coordenação do Governo do Estado. Há muitas instituições públicas, privadas e ongs atuando no Estado, mas, em muitos casos, de forma dispersa, em que o produto final, apesar de todos os esforços despendidos, não aparece de forma concreta, gerando o impacto esperado.

Imaginemos uma situação perfeitamente cabível no Acre em que se pretenda atender à necessidade interna do consumo de arroz, que é de aproximadamente 20 mil toneladas de arroz beneficiado. Considerando-se um consumo médio de 40kg por pessoa/ano, para uma população de 500 mil habitantes. Se considerarmos uma variedade de arroz com rendimento de 60%, para obtermos as 20 mil toneladas sem casca, necessitamos de aproximadamente 34 mil toneladas de arroz em casca. Considerando-se uma produtividade de duas toneladas por hectare, precisamos de 17 mil hectares de plantio para atender a essa demanda. Se dividirmos esse número por quatro municípios, teremos uma área com pouco menos de 4.500 hectares para cada município.

Vejamos agora um exemplo para um município com 20 mil habitantes, considerando-se o mesmo consumo por pessoa e o mesmo rendimento da variedade plantada. Seriam necessárias 800 toneladas de arroz beneficiado, que correspondem a 1.300 toneladas de arroz em casca. Da mesma forma que no exemplo anterior, considerando-se duas toneladas por hectare, seriam necessários 650 hectares para produzir esse arroz. Se envolvermos 350 produtores plantando cada um dois hectares ou 200 produtores plantando três hectares e meio cada, teremos uma área total de 700 hectares, o que é superior à necessidade apontada no exemplo.

Até aqui tudo muito simples. Porém. Aí temos que analisar os poréns. Em primeiro lugar vem a seleção dos produtores, verificando as questões de ramais para escoamento da produção; acesso a crédito (se for o caso) para elaboração e encaminhamento do projeto com a devida antecedência, para que os produtores possam receber os recursos um pouco antes do início das atividades de campo; e como disponibilizar sementes de boa qualidade para que o plantio possa ser efetuado na época certa. Infelizmente, grande parte dos produtores ainda espera que o governo compre e distribua sementes, o que deve ser feito pela iniciativa privada que talvez por medo de sofrer prejuízo oferece apenas pequenas quantidades. Faz-se necessário um acompanhamento técnico bem feito, desde o preparo da área até a colheita, embora a maioria dos produtores já conheça muito bem essa lavoura.

Outro momento que merece atenção especial é aquele depois da colheita. O que fazer com a produção: como escoar, beneficiar e comercializar? É necessário que essa infra-estrutura esteja em condições de atender à

demanda, pois, do contrário, é prejuízo na certa e o produtor jamais vai querer plantar novamente. Continuará plantando apenas para o consumo da propriedade. Havendo infra-estrutura de secagem e armazenamento em condições de atender às exigências da CONAB, poderá ser adotado o Programa de Garantia de Preço Mínimo do Governo Federal, que permite ao produtor ganhar um pouco mais na entressafra. Mas isso requer um bom planejamento e esclarecimento ao produtor sobre os custos do processo e o sistema de comercialização do produto.

No caso do milho pode-se adotar a mesma idéia. Em 2002, o preço do milho no comércio local variou de R\$ 6,00, na safra, até R\$ 36,00 no período de escassez. No caso de se pensar em exportação, havendo garantia de comercialização e um preço bom, é possível a recuperação de pastagem utilizando-se o milho, prática já conhecida de pecuaristas do Estado. Outras atividades agropecuárias, agroflorestais e florestais também podem e devem ser trabalhadas com a visão de negócio, mesmo em pequena escala, pois nenhum agricultor trabalha apenas para alimentar a família. Se sua atividade não der renda, ele, fatalmente, vai mudar para outra, a exemplo da pecuarização em muitas propriedades rurais do Estado, ou vai vender a colônia e vir para a cidade. É preciso que os produtores rurais estejam organizados e orientados para exercer as suas atividades com uma visão de negócio para não fracassarem.

Sabemos que há demanda para vários produtos da região, mas, para muitos deles, é necessário saber: Quanto se pode produzir para atender ao mercado? Onde está esse mercado? E no mercado internacional, há espaço, aceitação e preço compensador? E a qualidade do nosso produto tem condições de atender às exigências desses mercados? Temos certeza de que é possível atender à demanda interna de alguns produtos e de que poderemos ser competitivos em outros, se houver uma união de esforços em torno de algumas cadeias produtivas, sob a liderança do Governo do Estado, com atribuições definidas para os diversos atores envolvidos no processo e, o que é fundamental, o aporte de recursos materiais, humanos e financeiros em programas e projetos com foco bem definido. A sugestão é que os Programas devem ser do Estado, mas de execução municipal, com o envolvimento das diversas instituições que têm condições de atuar na cadeia produtiva.

BB BIODIESEL - Programa BB de Apoio a Produção e Uso de Biodiesel

Disponível em:

<http://www.agronegocios-e.com.br/agronegocios/coringa.agr?opcao=paginaCoringa&numeroRegistro=29>

Acesso em: 15 set. 2006

BB BIODIESEL – Programa BB de Apoio a Produção e Uso de Biodiesel.

O programa visa apoiar a produção, a comercialização e o uso do biodiesel como fonte de energia renovável e atividade geradora de emprego e renda.

A assistência ao setor produtivo será feita por meio da disponibilização de linhas de financiamento de custeio, investimento e comercialização, colaborando para a expansão do processamento de biodiesel no país, a partir do incentivo à produção de matéria-prima, à instalação de plantas agroindustriais e à comercialização.

O Programa beneficiará os diversos componentes da cadeia produtiva do biodiesel de forma sistêmica:

a) Na produção agrícola, com linhas de crédito de custeio, investimento e comercialização, disponíveis para financiamento ao produtor rural familiar e empresarial.

b) Na industrialização: BNDES Biodiesel, Pronaf Agroindústria, Prodecoop, Crédito Agroindustrial (aquisição de matéria-prima), além das linhas disponíveis para o setor industrial.

O principal critério a ser considerado pelo Banco na concessão do crédito, além das exigências específicas de cada linha, é a garantia de comercialização tanto da produção agrícola quanto do biodiesel.

Inicialmente serão priorizadas as culturas do dendê, da mamona, da soja, do algodão (caroço), do girassol e do nabo forrageiro, observando-se o zoneamento agrícola e a aptidão regional.

Notícias - BB libera R\$ 5 bilhões para o agronegócio em agosto

Disponível em:

<http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/simp/DetalheNoticia.jsp?Noticia.codigo=154635>

Acesso em: 15 set. 2006

BB libera R\$ 5 bilhões para o agronegócio em agosto



PORTO ALEGRE - O vice-presidente de Agronegócios e Governo do Banco do Brasil, Ricardo Alves da Conceição, anunciou na manhã desta quinta-feira, no Rio Grande do Sul, a liberação de R\$ 5 bilhões para financiamento aos produtores rurais durante o mês de agosto. No mês de julho foram aplicados R\$ 770 milhões para operações de custeio, investimento e comercialização.

O anúncio aconteceu durante palestra do ministro da Fazenda, Guido Mantega na Fiergs (Federação e Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul). Do total de R\$ 60 bilhões anunciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o plano de safra 2006/2007, caberá ao Banco do Brasil a aplicação de R\$ 33 bilhões até junho de 2007.

A maior disponibilidade de recursos controlados em relação à safra anterior vai propiciar redução dos custos financeiros aos produtores rurais. Do total dos recursos a serem disponibilizados, R\$ 3,9 bilhões são destinados às linhas de custeio agrícola e pecuário, R\$ 500 milhões ao investimento e R\$ 580 milhões à comercialização.

Finalidade	Valor (em R\$ milhões)
Custeio	3.920
Investimento	500
Comercialização	580

Finalidade	Valor (em R\$ milhões)
Agricultura Empresarial	4.000
Agricultura Familiar	1.000

Dentre as principais medidas que influenciarão positivamente a próxima safra, destacam-se:

- redução das taxas de juros dos financiamentos para máquinas no âmbito do Moderfrota, do Prodecoop e do Finame Especial;
- possibilidade de financiamento de máquinas usadas no Moderfrota;

- c) incremento significativo de recursos controlados para o financiamento do custeio/comercialização da agricultura empresarial;
- d) elevação dos tetos para contratação de custeio, em 15%, para operações conjugadas com proteção de preços;
- e) elevação da renda bruta dos Agricultores Familiares, até o teto de R\$ 80 mil (Pronaf E), para efeito de enquadramento.
- f) elevação dos tetos de financiamento do Pronaf Custeio grupos C e D, de R\$ 3 mil para R\$ 4 mil e R\$ 6 mil para R\$ 8 mil, respectivamente;
- g) na linha Pronaf Agroindústria, além da redução dos encargos de 8,75% a.a. para 4,5% a.a., foram incluídos a comercialização e a armazenagem como itens financiáveis.

A atuação do Banco na safra 2006/2007 terá como principais direcionamentos:

- a) assegurar recursos controlados até os tetos definidos no Manual de Crédito Rural (MCR), de acordo com os limites de crédito dos produtores;
- b) exigir a observância, pelos produtores rurais, do zoneamento agrícola e da legislação socioambiental;
- c) priorizar as operações com mecanismos de proteção de preços, como mercado futuro e de opções, convênios de integração, seguro rural ou Proagro.

Financiamentos

Financiamentos - Produtor Rural

Como maior agente financiador do agronegócio brasileiro, o Banco do Brasil oferece aos produtores rurais várias alternativas para o financiamento de seu empreendimento. Conte com o apoio do Banco do Brasil. O tempo todo com você. Conheça as linhas de crédito:

- [Comercialização](#): destinada para financiar o processo de comercialização da produção
- [Custeio](#): financiamento das despesas do dia a dia da produção
- [Investimento](#): financiamento para aquisições dos bens indispensáveis à produção

Comercialização

As linhas de financiamento voltadas para o processo de comercialização da produção permitem melhor controle do fluxo de caixa. Com dinheiro no bolso, o produtor pode negociar melhores condições de comercialização de sua produção.

- [EGF - Empréstimos do Governo Federal](#)
- [Produtos Agropecuários](#)
- [Adiantamento por produtos entregues](#)
- [Desconto de NPR/DR](#)
- [BB Produção Orgânica](#)
- [Linha Especial de Crédito à Comercialização - LEC](#)
- [Funcafé – Estocagem de Café](#)

Custeio

As linhas de crédito voltadas ao custeio financiam as despesas do dia a dia durante a produção, permitindo que o produtor tenha recursos para utilizar em qualquer período da sua atividade.

- [Custeio Agropecuário](#)
- [Funcafé - Tratos Culturais do Café](#)
- [Funcafé - Custeio da Colheita](#)
- [Proger Rural](#)
- [BB Produção Orgânica](#)

Investimento

Tratores, máquinas, benfeitorias. As linhas de crédito para investimento permitem a aquisição dos bens indispensáveis à produção e modernização da agricultura brasileira.

- [Linhas BNDES/Finame](#)
- [FCO](#)
- [Proger Rural](#)
- [BB Produção Orgânica](#)
- [Outros Investimentos](#)

Financiamentos - Agroindústria

A agroindústria encontra no Banco do Brasil o apoio para condução de seus negócios. Confira as linhas de crédito e faça bons negócios. Conte com o apoio do Banco do Brasil. O tempo todo com você.

- [Comercialização](#): destinada para financiar o processo de comercialização da produção
- [Custeio](#): financiamento das despesas do dia a dia da produção
- [Simuladores](#)

Comercialização

As linhas de financiamento voltadas para o processo de comercialização da produção permitem melhor controle do fluxo de caixa.

- [EGF - Empréstimos do Governo Federal](#)
- [Desconto de NPR/DR](#)
- [Linha Especial de Crédito à Comercialização - LEC](#)
- [Crédito Agroindustrial](#)

As linhas de crédito voltadas ao custeio financiam as despesas do dia a dia durante a produção, permitindo que o produtor tenha recursos para utilizar em qualquer período da sua atividade.

Custeio

Para que você, empresário rural, possa identificar a linha de crédito que melhor atende a sua necessidade, o Banco do Brasil coloca à sua disposição os simuladores de financiamento agrícola.

Simuladores

Veja como é fácil conseguir o financiamento de que você precisa. É só você clicar na linha de crédito desejada e pronto: a certeza de um bom negócio espera por você.

- [Finame - Linha Especial](#)
- [Finame - Moderfrota](#)
- [Finame - Proleite](#)
- [MCR - Linha Tradicional - Investimento](#)
- [FCO - Operações Rurais](#)
- [BB Cooperfat](#)

Financiamentos - Cooperativa

Comercialização

As linhas de financiamento voltadas para o processo de comercialização da produção permitem melhor controle do fluxo de caixa. Com dinheiro no bolso, o produtor pode negociar melhores condições de comercialização de sua produção.

- [EGF - Empréstimos do Governo Federal](#)
- [Desconto de NPR/DR](#)
- [Adiantamento a Cooperados por conta de produtos entregues](#)
- [Linha Especial de Crédito à Comercialização - LEC](#)
- [Funcafé – Estocagem de Café](#)

Custeio

As linhas de crédito voltadas ao custeio financiam as despesas do dia a dia durante a produção, permitindo que o produtor tenha recursos para utilizar em qualquer período da sua atividade.

- [BB Coopinsumos](#)
- [Funcafé - Tratos Culturais](#)
- [Funcafé - Custeio da Colheita](#)

Investimento

As linhas de crédito para investimento permitem a aquisição dos bens indispensáveis à produção e modernização da agricultura brasileira.

- [Agropecuário](#)
- [BB Coopbens](#)
- [Prodecoop](#)

Outras Modalidades

As cooperativas contam com o apoio do Banco do Brasil, que desenvolveu linhas de financiamento específicas para esse segmento, atendendo às especificidades do mercado de/agr/home_cooperativa.jsp

CONAB DIVULGA FECHAMENTO DA SAFRA 05/06

Diário de Cuiabá

Edição 11614 - 12/09/2006

Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br>

Acesso em: 15 set. 2006

Apesar da redução na área plantada, produtividade do milho, algodão e arroz elevou em 5,3% o volume dos grãos em relação ao ciclo passado

Da Redação

O último levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) revela que a safra atual de grãos fecha em 119,9 milhões de toneladas (t). O resultado, divulgado ontem pelo presidente da companhia, Jacinto Ferreira, é 5,3% maior que o obtido na safra anterior (113,9 milhões/t) ou 0,2% a mais que o demonstrado na pesquisa de julho (119,7 milhões/t).



Se em geral as culturas registram ganho em produtividade nesta safra, a sojicultura estadual amargou o pior rendimento da década, com média de 42 sacas/ha

De acordo com Ferreira, a produtividade foi o principal fator para a manutenção desse crescimento, favorecido especialmente pelas lavouras de milho, algodão e arroz.

No que se refere à área plantada, o levantamento mostra uma redução de 3,7%, passando de 49,1 milhões de hectares (ha) no ciclo 04/05 para 47,3 milhões/ha. A diminuição é verificada principalmente no algodão (27,3%), arroz (23,7%), soja (4,6%) e trigo (14,3%). Por outro lado, foi mantido o crescimento nas áreas de plantio de milho da primeira safra (6,5%), segunda safra (2,8%), feijão primeira safra (6,3%) e segunda safra (10,9%). Este último incentivado pelos bons preços pagos aos produtores na época do plantio. Já o bom desempenho do milho se deve à ocupação do espaço deixado pela soja.

MILHO -- A produção total fechou em 41,7 milhões/t, ou 19,1% a mais que a safra anterior (35 milhões/t). O grão primeira safra aumentou 16,5% (de 27,3 milhões/t para 31,8 milhões/t). O da segunda safra cresceu 28,1% (de 7,7 milhões/t para 9,9 milhões/t).

FEIJÃO -- Houve aumento total de 427,7 mil/t (14%). No da primeira safra, saiu de 1,10 milhão/t para 1,14 milhão/t (4,3%). O da segunda safra, de 984,5 mil/t para 1,46 milhão/t (49,3%) e o de terceira safra caiu

de 959,8 mil/t para 854,5 mil/t (11%). Esta redução se deve à variação climática, com períodos de falta e excesso de chuva.

SOJA -- Crescimento de 1,96 milhão/t (3,8%), passando de 51,5 milhões/t para 53,4 milhões/t. Em Mato Grosso, maior produtor nacional do grão, a quebra na produtividade causada ora por variação climática ora pelo ataque da ferrugem reduziu o rendimento de cerca de 50 sacas/ha para 42 sacas/ha.

ALGODÃO EM PLUMA E CAROÇO -- Queda de 20,8% do algodão em pluma (de 1,3 milhão/t para 1,03 milhão/t) e redução de 21,5% do algodão em caroço (de 2,13 milhões/t para 1,67 milhão/t).

Para atualizar os números desse último estudo, técnicos da Conab mantiveram contatos com representantes de cooperativas, órgãos públicos e privados, agentes financeiros e produtores de todo o País entre os dias 21 e 25 de agosto. O 1º levantamento da próxima safra será realizado na semana que vem (18 a 22/09) e divulgado no dia 5 de outubro.

INDECISÃO NO CAMPO

Diário de Cuiabá

Edição 11614 - 12/09/2006

Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br>

Acesso em: 15 set. 2006

Retaliação sinalizada pelas indústrias contra liminar deixa o ciclo estadual com início e tamanho indefinidos

SHEILA FONTES

Especial para o Diário

O tempo extra que os produtores mato-grossenses obtiveram por meio de uma liminar que determinou a suspensão das penhoras referentes às dívidas das safras 04/05 e 05/06, por parte das empresas credoras, trouxe reflexos negativos à comercialização. Em uma reunião realizada ontem à tarde, na sede da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato), representantes do setor receberam orientação jurídica sobre como se posicionar diante da atual situação, quando faltam alguns dias para o início do plantio da nova safra e o produtor ainda não sabe quanto e nem como plantar sem crédito.



Representantes das principais entidades que estão à frente do agronegócio estadual estiveram reunidos na Famato a portas fechadas

A liminar de suspensão à execução das penhoras judiciais foi impetrada pela Famato e repercutiu muito mal entre as empresas que comercializam os insumos agrícolas. Na semana passada, representantes das indústrias dos químicos agrícolas se reuniram para discutir um meio de inviabilizar a liminar. Segundo o vice-presidente da Associação Nacional dos Distribuidores de Defensivos Agrícola e Veterinários (Andav) e proprietário da rede de revendas agrícolas mato-grossenses AgroAmazônia, Roberto Motta, existe a possibilidade de retaliação por parte das indústrias de insumo e até de uma ação na tentativa de impedir a liminar. "Com certeza a indústria irá se defender, essa liminar é negativa, já que a única garantia são as penhoras da safra e a inserção no cadastro de inadimplentes de produtores que não honraram as dívidas", alerta.

A liminar expedida no final de agosto pela 1ª Vara de Fazenda Pública de Cuiabá, Francisco Ferreira Mendes Neto, é válida para todos os agricultores filiados à Famato e impede que as empresas possam solicitar a execução da penhora dos grãos até a audiência de conciliação, marcada para 4 de dezembro. Tradicionalmente, os agricultores penhoram uma parte da colheita como garantia de pagamento pela aquisição dos

insumos. “Não concordo com essa liminar e acho que ela veio em uma hora ruim. O setor privado financia cerca de 70% da agricultura em Mato Grosso”, revela Motta.

A única empresa que já se posicionou negativamente contra a liminar, segundo a Famato, a multinacional Cargil, que declarou que só vende à vista. Além dela, mais 46 empresas foram acionadas na ação impetrada pela Famato. Segundo o presidente da entidade, Normando Corral, haverá uma tentativa de se resolver a situação, para que um acordo seja firmado entre as partes. “As indústrias e suas revendas não podem parar de vender. O que queremos é sentar e conversar”, admite.

INDECISÃO -- Corral afirma o desânimo da classe e diz que a situação é de indecisão total. Sem ter dados de como será a próxima safra, “já que a entidade afirma que cada produtor irá encarar a crise de uma forma”, Corral só confirma que não será fácil. “Só teremos a certeza de quanto Mato Grosso irá plantar nessa safra no final de novembro”, garante.

A perspectiva é de que a crise atinja todos os setores econômicos em um curto espaço de tempo, segundo Corral. “Há dois anos Mato Grosso tenta sair dessa crise, mas a questão já esbarra na sobrevivência do setor produtivo”, adverte.

SINOP -- Segundo o presidente do sindicato rural de Sinop (503 quilômetros ao Norte de Cuiabá), Antônio Galvan, é esperado para o município queda de até 70% no plantio da próxima safra. “O problema é que a próxima safra deverá ficar comprometida em valores”, alerta.

Galvan explica que o produtor que plantou na última safra cerca de 2 mil hectares (ha), afirma que a queda para a próxima safra deverá ficar em até 25%. “Devo reduzir para 1,5 mil/ha plantados esta safra, mas posso reduzir até mais”. O também produtor afirma ainda que esta poderá ser a safra mais catastrófica de toda história agrícola do Estado, que apesar de ainda não confirmado deverá sofrer as piores reduções de área plantada de todos os tempos. “As dívidas dos agricultores, a falta de crédito e tantos outros fatores que ajudam a piorar o cenário, deixam a agricultura no país em uma situação muito difícil”, avalia.

PREVISÕES -- O presidente da Famato afirma ainda que a dúvida e a indecisão sobre quanto irá ser plantado, como os produtores irão resolver suas dívidas e quando o cenário irá mudar só será resolvida quando o mercado se posicionar de forma que devolva a renda ao produtor e que na prática se resume a uma valorização das taxas de câmbio.

PRODUTOS DO SUL DE MT ESTÃO “SEM SAÍDA”

Diário de Cuiabá

Edição 11614 - 12/09/2006

Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br>

Acesso em: 15 set. 2006

NAÍLA ALBUQUERQUE

Da Reportagem/Rondonópolis

Além da incerteza com relação à viabilidade da safra 06/07, os produtores rurais sofrem com a demora dos processos de renegociação de dívidas já existentes junto ao Banco do Brasil (BB), órgão financiador do governo federal. Estima-se que cerca de 70% dos produtores da região Sul estejam esperando uma posição do BB ou outro agente financiador privado para dar início à lavoura. A demora na liberação dos recursos vem preocupando a categoria, que sofre uma série de cortes em virtude do risco do plantio da soja.

A falta de perspectivas sobre o futuro das concessões de créditos de uma forma geral, tem deixado os agricultores sem saída para iniciar o plantio. O agricultor de Rondonópolis (210 quilômetros ao Sul de Cuiabá), Eduardo Tomczyk, ressalta que espera uma posição que não sai nunca. Ele explica que caso não seja encontrada uma solução urgentemente, muitos agricultores atrasarão o plantio, que inicia a partir do dia 1º de outubro na região Sul do Estado.

“Estamos despreparados para a safra e abandonados pelo órgão financiador do governo federal”, disse. A discussão em torno da oferta de crédito aos agricultores é complexa, pois também envolve a aprovação de financiamento das empresas que oferecem pacotes aos produtores, seja de fertilizantes, insumos ou outros produtos necessários à cultura. Estas empresas estão mais rigorosas quanto à análise de crédito, o que dificulta mais a situação.

A avalanche de problemas que vem assolando os produtores pode gerar o atraso no início do plantio da safra e aumentar a chance de incidência da ferrugem asiática na lavoura, gerando gastos mais elevados com a aplicação de fungicidas e um rendimento por hectare menor.

EMPRESAS EXIGEM UM BOM “HISTÓRICO”

Diário de Cuiabá

Edição 11614 - 12/09/2006

Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br>

Acesso em: 15 set. 2006

BRUNO GARCIA

Da Reportagem/Sinop

Para driblar o alto índice de inadimplência com instituições financeiras e a falta de poder de compra dos produtores rurais, grande parte das revendas de insumos agrícolas do Norte de Mato Grosso está utilizando artifícios para conseguir concretizar a comercialização e garantir o recebimento da venda dos produtos e assim evitar o chamado “calote”.

Venda somente à vista, pesquisa do histórico do cliente com a empresa e junto a outras concorrentes, avaliação da credibilidade e estrutura do produtor rural, entre outras avaliações, estão sendo utilizadas como critérios para a liberação de produtos agrícolas e também para o fechamento do pacote da safra. Além de quase nenhuma revenda ter os produtos a pronta entrega.

Na avaliação do engenheiro agrônomo, que trabalha na revenda Agro Insumos, Ruidar Rodrigues, o fato de os créditos para compra de insumos estarem limitados recuou somente a procura no estabelecimento, mas não afetará diretamente na venda dos produtos. “A opção foi em vender x e receber x, ao invés de vender 2x e receber somente x”, comentou.

A empresa está trabalhando com o parcelamento do pacote completo (semente, adubos e defensivos), entrega no início do plantio e recebimento no final da safra, programando para 30 de março de 2007 com pagamento em soja. O financiamento será concedido ao sojicultor após aprovação da empresa. “Estar devendo para o Banco do Brasil não será restrição para o financiamento, mas procuraremos abono no histórico de cada produtor”, comentou. A revenda de insumos Agro Solo deixou de trabalhar com os pacotes e todas as formas de financiamentos e restringiu a comercialização à vista. Ambas revendedoras não estão trabalhando com estoques de insumos agrícolas, comprando de acordo com a venda dos produtos.

PESQUISADORES TESTAM 10 TIPOS DE FEIJÃO

Diário de Cuiabá

Edição 11614 - 12/09/2006

Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br>

Acesso em: 15 set. 2006

BRUNO GARCIA

Da Reportagem/Sinop

Os pesquisadores da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer) iniciarão um experimento em Sinop (503 quilômetros ao Norte de Cuiabá) com 10 variedades de feijão visando a elaboração de um calendário de planejamento agrícola para o cultivo da leguminosa. O experimento terá duração de aproximadamente duas safras, um no período chuvoso, que deve iniciar no mês de outubro e a segunda etapa no término das precipitações, geralmente o mês de março.

As sementes, que serão utilizadas na pesquisa, foram repassadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Arroz e Feijão, que é detentora da genética do material. Todas as variedades ainda estão em fase de teste e não estão disponíveis para comercialização, são elas: BRS Requite, BRS Radiante, Jalo Precoce, BRS Horizonte, BRS Cometa, BRS Pontal, BRS Pitanga, BRS Grafite, BRS Valente e BRS Supremo.

LEITURA SUGERIDA

ARAÚJO, Massilon Justino de. *Fundamentos de agronegócios*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BATISTA, Luiz Olavo. *Mercosul: a estratégia legal dos negócios*. 2.ed. São Paulo: Maltese, 1994.

DONAIRE, Denis. *Gestão ambiental na empresa*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MEGIDO, José Luiz Tejon; XAVIER, Coriolano. *Marketing & agribusiness*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RIES, Leandro Reneu; ANTUNES, Luciano Médici. *Comercialização agropecuária: mercado futuro e de opções*. Guaíba: Agropecuária, 2000.

ARTIGOS

Gestão ambiental: um enfoque no desenvolvimento sustentável

<http://www.gestaoambiental.com.br/kraemer.php>

Responsabilidade social: uma alavanca para a sustentabilidade

<http://www.gestaoambiental.com.br/kraemer.php>

Políticas para expansão do agribusiness no Brasil até 2010

<http://abag.sites.srv.br/images/pdfs/politicas.pdf>

3 ESTRATÉGIAS E COMPETITIVIDADE

Autor: Rubem José Boff, prof. Doutor

Estratégia é o caminho que uma organização escolhe para seguir em busca do atendimento de sua missão e de seus objetivos.

Estratégia refere-se a planos da alta administração para alcançar resultados consistentes com a missão e os objetivos gerais da organização (SINGER, 1994). A formulação da estratégia, sua implementação e o controle estratégico são os principais pontos de vantagem.

Porter (1980) identifica cinco forças no ambiente de uma organização que influenciam a concorrência: Rivalidade entre empresas concorrentes, ameaça de novos entrantes, ameaça de produtos substitutos, poder de barganha dos fornecedores e poder de barganha dos clientes da empresa, conforme mostra a figura 1. As peculiaridades de cada uma dessas forças podem explicar por que as empresas adotam uma determinada estratégia.

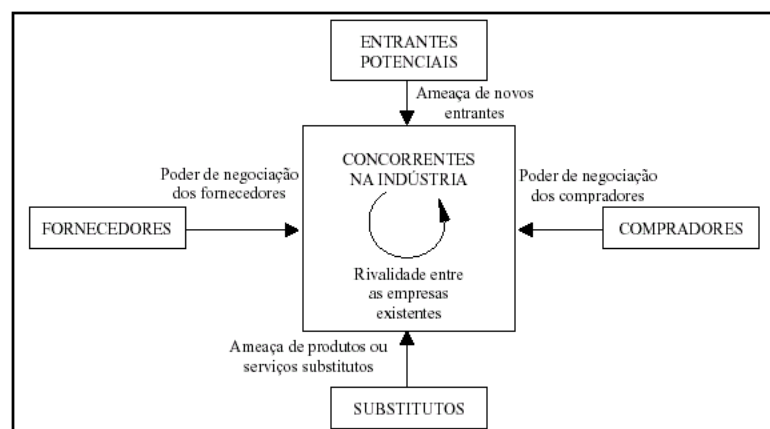


Figura 1 – As 5 forças competitivas
Fonte: Adaptado de Porter (1980)

Porter (1985, p. 11) afirma que existem apenas dois tipos básicos de “vantagem competitiva que uma empresa pode possuir: baixo custo ou diferenciação”. Estas vantagens combinam com o escopo de uma

determinada empresa para produzir três estratégias genéricas a fim de alcançar um desempenho acima da média num ambiente de concorrência: liderança em custo, diferenciação e foco.

Em conformidade com Porter (1980) os planejadores precisam de cenários suficientes para cobrir as contingências importantes possíveis, em quantidade suficiente para serem gerenciáveis, por isso, ele faz a pergunta sobre o que fazer: apostar no mais provável ou no mais benéfico? Mas Wack (1985) preocupa-se com a necessidade de convencer os dirigentes a fazer aquilo que parece ser melhor com um determinado cenário, mudar a visão do mundo dos dirigentes, por ser uma tarefa muito mais difícil que a construção do cenário. Quando o mundo muda, os gerentes precisam de uma visão comum do novo mundo, do contrário, decisões estratégicas descentralizadas irão resultar em anarquia gerencial. Os cenários expressam e comunicam esta visão comum, uma compreensão comum das novas realidades para todas as partes da organização.

De acordo com Porter (1980) ser tudo para todos é uma receita para mediocridade estratégica e desempenho abaixo da média, por isso, as empresas precisam optar para obter vantagem competitiva.

Os conceitos de Prahalad e Hamel (1990) – competência essencial, intenção estratégica, e tensão e alavancagem, estão mais ligados às características das organizações do que aos processos por elas usados. Esses autores acreditam que a vantagem competitiva deriva de capacidades profundamente enraizadas que estão por trás dos produtos de uma empresa. Afirmam que o segredo do sucesso não está em grandes produtos, mas em um conjunto de capacidades que permitem à empresa criar grandes produtos. Desta forma, afirmam que os executivos são encorajados a ver sua empresa como um portfólio de recursos e capacidades que podem ser combinados de várias maneiras e não como uma coleção de produtos ou divisões de negócios.

Segundo Kotter (1996) as organizações atuais devem preparar-se para inovar e mudar, e principalmente para sobreviver num mundo crescente de competição. Schumpeter (1969) definiu como ondas de

destruição criativa, com as empresas de alta tecnologia, leves e com alta capacidade de adaptação, assumindo os lugares no *ranking* da efetividade empresarial, das velhas e pesadas indústrias manufatureiras e extrativistas.

Organizações que almejam o topo do *ranking* ou destaque no cenário competitivo estabelecem estratégias que lembram máximas militares de Sun Tzu (1971):

- Subjugar o inimigo sem lutar é o máximo de talento;
- Quando se é apto, fingir incapacidade, e quando se é ativo, fingir inatividade;
- Oferecer ao inimigo uma isca para seduzi-lo;
- Simular desordem e atacar;
- Não combater em terreno dispersivo; não parar em regiões fronteiriças;
- Em terreno focal, aliar-se aos estados vizinhos; em terreno profundo, saquear;
- Quem ocupa primeiro o campo de batalha e aguarda seu inimigo estará à vontade;
- Quem chega depois à cena e se apressa a lutar estará cansado;
- Os elementos da arte da guerra são, em primeiro lugar, medição do espaço; em segundo, estimativa e quantidades; em terceiro, cálculos; em quarto, comparações; e em quinto, probabilidades de vitória;
- As notas musicais são apenas cinco, mas suas melodias são tão numerosas que não se pode ouvi-las a todas;
- Assim como a água não tem forma constante, não há na guerra condições constantes;
- Quando se obtiver uma vitória não repetir as táticas; responder às circunstâncias em uma variedade infinita de formas.

Na mesma linha de Sun Tzu, Clausewitz (1989) afirma que a estratégia depende de elementos básicos que são usados no ataque, na defesa e em manobras e que a criação de estratégias se baseia em encontrar e executar novas combinações de tais elementos. Afirma também que a guerra é meramente a continuação da política por outros meios.

Para Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2000, p. 6) “a ignorância do passado de uma organização pode solapar o desenvolvimento de estratégias para seu futuro” por isso defendem planos da alta administração para atingir resultados consistentes com as suas missões e objetivos, assim:

A formação de estratégia é um desígnio arbitrário, uma visão intuitiva e um aprendizado intuitivo; ela envolve transformação e também perpetuação; deve envolver cognição individual e interação social, cooperação e conflito; ela tem de incluir análise antes e programação depois, bem como negociação durante; e tudo isso precisa ser em resposta àquele que pode ser um ambiente exigente (MINTZBERG, AHLSTRAND, LAMPEL, 2000, p. 274).

O modelo econômico existente força as organizações a estabelecerem estratégias com o intuito de obterem vantagem em relação à concorrência e rivalidade entre os competidores. Essa condição torna-se imperativa para as organizações que desejam manter-se no mercado e que almejam um crescimento sustentado. O ambiente competitivo gera hostilidade às organizações, e essas por sua vez transferem tais agruras de forma direta à sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CLAUSEWITZ, C. Von. **On war**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

KOTTER, John P. **Leading change**. Boston: Harvard Business School Press, 1996.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

PORTER, Michael E. **Competitive strategy**: techniques for analyzing industries and competitors. New York: Free Press, 1980.

_____. **Competitive advantage**: creating and sustaining superior performance. New York: Free Press, 1985.

PRAHALAD, C.K.; HAMEL, Gary. The core competence of the corporation. **Harvard Business Review**. May/June 1990.

SHUMPETER, Joseph A. **Theory of economic development**: an inquiry into profits, capital, credit, interest and the business circle. Boston: HUP, 1969.

SINGER, A.E. Strategy as moral philosophy. **Strategic Management Journal**, n.15, p. 191-213, 1994.

SUN TZU. **The art of war**. New York: Oxford University Press, 1971.

WACK, Pierre. Cenários: uncharted waters ahead. **Harvard Business Review**. p.73-89. set./out. 1985.

SITES CONSULTADOS

Portal do Agronegócio

<http://www.portaldoagronegocio.com.br>

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

http://www.agricultura.gov.br/portal/page?_pageid=33,968707&_dad=portal&_schema=PORTAL

Wikipédia

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Agroneg%C3%B3cio>

Agronegócios

<http://www.agronegocios-e.com.br/agronegocios/index.jsp>

Biodiesel – Programa BB de apoio a produção e uso de Biodiesel

<http://www.agronegocios-e.com.br/agronegocios/coringa.agr?opcao=paginaCoringa&numeroRegistro=29>

BB libera R\$ 5 bilhões para o agronegócio em agosto

<http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/simp/DetalheNoticia.jsp?Noticia.codigo=154635>